



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

FRANCISCO NATHAN CASTRO DE CARVALHO

**“PRESSÃO”: SAQUES E INVASÕES COMO AÇÕES DIRETAS DE FLAGELADOS
NO NORDESTE DURANTE A SECA DE 1970**

**PARNAÍBA-PI
2025**

FRANCISCO NATHAN CASTRO DE CARVALHO

**“PRESSÃO”: SAQUES E INVASÕES COMO AÇÕES DIRETAS DE FLAGELADOS NO
NORDESTE DURANTE A SECA DE 1970**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na modalidade Artigo Científico, apresentado à Universidade Estadual do Piauí, Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Felipe Augusto dos Santos Ribeiro.

**PARNAÍBA-PI
2025**



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
COORDENAÇÃO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA



ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
 (conforme RESOLUÇÃO CEPEX 014/2011 de 13 de maio de 2011)

Aos catorze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 14 horas e 30 minutos, na sala virtual do Google Meet <<https://meet.google.com/apz-auww-yag>>, na presença da banca examinadora, presidida pelo professor **Felipe Augusto dos Santos Ribeiro** e composta pelas seguintes professoras membros: **Lara Vanessa de Castro Ferreira** e **Mary Angélica Costa Tourinho**, o aluno **Francisco Nathan Castro de Carvalho** apresentou o Trabalho de Conclusão do Curso na graduação de Licenciatura em História, como elemento curricular indispensável à colação de grau, tendo como título: **“Pressão”: saques e invasões como ações diretas de flagelados no Nordeste durante a seca de 1970**. A banca examinadora reunida em sessão reservada deliberou e decidiu pela aprovação do candidato. Eu, professor Felipe Augusto dos Santos Ribeiro, na qualidade de presidente da banca lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelos demais membros e pelo aluno apresentador do trabalho.

Obs.: A banca examinadora atribuiu a nota 9 ao referido Trabalho de Conclusão de Curso.

Documento assinado digitalmente
 **FELIPE AUGUSTO DOS SANTOS RIBEIRO**
 Data: 14/01/2025 17:16:10-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Felipe Augusto dos Santos Ribeiro
 Presidente da Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 **LARA VANESSA DE CASTRO FERREIRA**
 Data: 15/01/2025 21:22:38-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Lara Vanessa de Castro Ferreira
 Membro da Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 **MARY ANGELICA COSTA TOURINHO**
 Data: 16/01/2025 16:34:44-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Mary Angélica Costa Tourinho
 Membro da Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 **FRANCISCO NATHAN CASTRO DE CARVALHO**
 Data: 15/01/2025 07:22:08-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Francisco Nathan Castro de Carvalho
 Aluno

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
BIBLIOTECA CENTRAL
REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL

Termo de autorização para disponibilização da produção científica e memória institucional da UESPI

Autorizo a Universidade Estadual do Piauí (UESPI) a disponibilizar e compartilhar gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, o documento supracitado, de minha autoria, nas bibliotecas e no repositório institucional para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção acadêmico-científica da UESPI, a partir desta data.

1 Identificação do tipo de documento

Tese () Dissertação () Monografia () Trabalho de conclusão de curso (x)
() Outros. Especificar

2 Identificação do(a) autor(a) e do documento

Autor: Francisco Nathan Castro de Carvalho **RG:** 3832902 **CPF:** 04577712326
E-mail: fnathancarvalho@icloud.com **Telefone:** 86 9 8194 0312

Título: “PRESSÃO”: SAQUES E INVASÕES COMO AÇÕES DIRETAS DE FLAGELADOS NO NORDESTE DURANTE A SECA DE 1970

Data de Defesa: 14/01/2025. **Curso ou Programa de Pós-Graduação:** Licenciatura em História
Área de Concentração, se houver: Ciências Humanas **Linha de Pesquisa:**
Orientador: Felipe Augusto dos Santos Ribeiro **E-mail:** feliperibeiro@phb.uespi.br
Agência de fomento:

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO EXCLUSIVA

O referido autor:

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Estadual do Piauí os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Estadual do Piauí, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Na qualidade de titular dos direitos de autor da obra, autorizo a UESPI a disponibilizar o texto integral do trabalho citado, conforme permissões abaixo por mim assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou download, a partir desta data.

() Não autorizo a publicação da obra.

Permitir modificações em sua obra?

() Sim (x) Não

O documento está sujeito ao registro de patente?

() Sim (x) Não

A obra continua protegida por direito autoral e/ou por outras leis aplicáveis. É proibido qualquer uso da obra que não o autorizado pela legislação autoral.

Este formulário deve ser encaminhado junto com a versão digital do documento.

Parnaíba, PI 16/01/2025.



Documento assinado digitalmente
FRANCISCO NATHAN CASTRO DE CARVALHO
Data: 16/01/2025 14:28:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do(s) Autor(es)



Documento assinado digitalmente
FELIPE AUGUSTO DOS SANTOS RIBEIRO
Data: 17/01/2025 13:37:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do Orientador

“PRESSÃO”: SAQUES E INVASÕES COMO AÇÕES DIRETAS DE FLAGELADOS NO NORDESTE DURANTE A SECA DE 1970

Francisco Nathan Castro de Carvalho

RESUMO: Por muito tempo, a pesquisa histórica relegou os estudos das multidões, sobretudo por serem tidas como movimentos involuntários e sem organização. Na historiografia sobre as secas ocorridas na atual região Nordeste do Brasil, tal aspecto perdurou por bastante tempo, mas que vem sendo desconstruído nas últimas décadas, com contribuições decisivas no sentido de analisar a população flagelada enquanto sujeito histórico, com destaque para a obra de Neves (2000). Em diálogo com tais estudos, o presente trabalho tem como objetivo verificar as ações diretas dos flagelados da seca de 1970 no nordeste brasileiro. Para isso, utilizamos o periódico Diário de Pernambuco disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional utilizando busca por palavras-chave e pesquisa exploratória. A partir da seleção de fontes e dialogando com pesquisas sobre o tema, em âmbito regional e mais amplo, buscamos identificar as ações dessas populações, seus objetivos e demandas.

Palavras-chave: Saques; Invasões; Seca de 1970; Nordeste.

1) INTRODUÇÃO

FIGURA 01: REPORTAGEM DA REVISTA *O CRUZEIRO* (RJ), PRODUZIDA POR HÉLIO MOTA E TEOBALDO LANDIM, SOBRE A SECA DE 1970 NO CEARÁ



Fonte: Revista *O Cruzeiro*, 16 jun. 1970, p. 28 e 29
Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Terra da Maldição. Em letras garrafais na cor vermelha, é o título da reportagem da Revista *O Cruzeiro* em 16 de junho de 1970. A matéria nos apresenta um senhor de meia idade, chapéu de couro e a pele enrugada. Ele perdeu tudo e só há um pensamento: comer e dar comida a sua mulher e filhos. A reportagem continua mostrando fotografias de um cenário desolador, o leito do rio seco e um grupo de pessoas, majoritariamente homens, caminhando por uma estrada de chão batido carregando enxadas às costas (Revista *O Cruzeiro*, 16 jun. 1970, p. 29-32).

Essa gente tem fome. Outra frase em letras garrafais que é repetida duas vezes, refletindo a urgência dos socorros às vítimas da seca. Os relatos são dramáticos: Flagelados tem que percorrer 72 quilômetros, a pé, até a cidade mais próxima na tentativa de conseguir emprego. O padre Dourado, vigário da Paróquia de Quixadá, conta a história de um rapaz que, levado ao desespero, comeu umari (fruta silvestre) e acabou morrendo (Revista *O Cruzeiro*, 16 jun. 1970, p. 30).

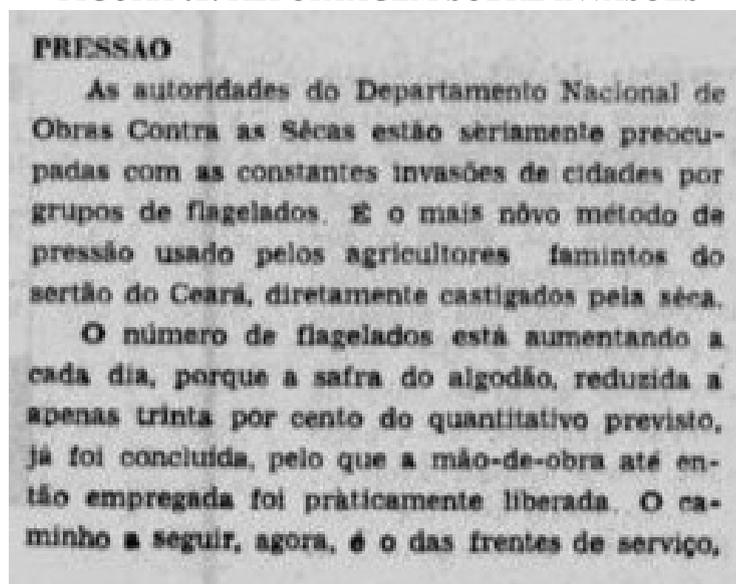
A safra de 1969 esgotou em janeiro de 1970, logo após as primeiras chuvas que foram insuficientes. Em março, novas chuvas fizeram com que o governo mobilizasse os agricultores, no entanto, as sementes foram plantadas em um clima de menor esperança, porém, o pior aconteceu “Nova estiagem, nôvo fracasso. Prejuízo total” (Revista *O Cruzeiro*, 16 jun. 1970, p. 30).

De acordo com a revista, o Nordeste brasileiro “[viveu] 10 anos de euforia: 10 anos sem sêca” (Revista *O Cruzeiro*, 16 jun. 1970, p. 32), fato que permitiu aos nordestinos esquecer completamente que a seca é um fenômeno cíclico e implacável.

A seca chega, destruindo a região e uma das reações dos flagelados, são as ameaças de saques e invasões¹ que podem evoluir para ações concretas. Na reportagem abaixo, do *Diário de Pernambuco*, as autoridades apresentam as invasões como um “o mais novo método” de pressão, na tentativa desesperada de sobrevivência nos sertões.

¹ A palavra invasão, neste trabalho, faz estrita referência ao termo que o jornal *Diário de Pernambuco* utiliza para se referir à presença de flagelados em centros urbanos. Ao longo de nossa pesquisa, percebemos que os flagelados são vistos de forma negativa, logo, sua presença é indesejada nas cidades. Invadir é sobretudo, o ato de se fazer presente nas ruas e praças das cidades, onde os flagelados solicitam ajuda na forma de comida, roupas e empregos nas frentes de trabalho.

FIGURA 02: REPORTAGEM SOBRE INVASÕES



Fonte: *Diário de Pernambuco*, 13 out. 1970, p. 12
 Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Na historiografia sobre as secas ocorridas no Nordeste do Brasil, as multidões flageladas foram vistas, durante muito tempo, como movimentos involuntários e sem organização. Porém, tal aspecto vem sendo desconstruído nas últimas décadas, com contribuições decisivas no sentido de analisar a população flagelada enquanto sujeito histórico. O trabalho de Frederico de Castro Neves (2000) é uma referência neste sentido. Desse modo, em diálogo com tais estudos, o presente trabalho tem como objetivo verificar se a tradição de ações diretas indicada por Neves, em estudo que englobou as secas no Ceará entre 1877 e 1958, se manteve durante a seca de 1970 no Nordeste. Houve modificações significativas nas posições da multidão? Para tanto, utilizaremos como fontes as publicações do jornal *Diário de Pernambuco* no ano de 1970 referentes às palavras-chave “seca” e “nordeste” dentro do acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Este periódico, um dos principais do Nordeste à época, foi selecionado no sentido de verificar as ações da multidão de flagelados em toda a região durante a seca do ano aqui analisado.

O presente trabalho está dividido em três tópicos. No primeiro, intitulado Debate Bibliográfico, utilizamos os capítulos *A Economia Moral da Multidão Inglesa no Século XVIII* e *Economia Moral Revisitada, Costumes em Comum* de Edward Palmer Thompson (1998) e *A Multidão e a História - Estudo dos Movimentos Populares na França e na Inglaterra 1730 - 1848* de George Frederick Elliot Rudé (1991), que trazem debate profundo sobre as “turbas” de pessoas.

Em seguida o texto *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará* de Neves (2000) segue na mesma toada, dessa vez, focando nas multidões de flagelados a partir da seca de 1877. *A invenção do nordeste e outras artes* (2011) e *Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste* (2013), obras fundamentais de Durval Muniz de Albuquerque Júnior para a compreensão da região Nordeste.

No tópico seguinte, *O Diário de Pernambuco* e a Metodologia de Pesquisa, trazemos a breve história do periódico, utilizando o verbete *Diário de Pernambuco* disponível no site do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas (2024), além do livro *Jornais Centenários do Brasil* de Hérica Lene (2020). No quesito metodologia de pesquisa, a discussão é feita utilizando *A Operação Historiográfica*, capítulo 2 do livro *A Escrita da História* de Michel de Certeau (1982), *A Hemeroteca Brasileira* de Bettencourt e Pinto (2013), *História dos, nos e por meio dos periódicos* de Tania Regina de Luca (2008), *História Digital: reflexões a partir da hemeroteca digital brasileira e do uso de caqdas na reelaboração da pesquisa histórica* de Eric Brasil e Leonardo Nascimento (2020).

Por fim, um tópico onde tratamos de analisar as publicações acerca de saques e invasões no ano de 1970, disponíveis no jornal *Diário de Pernambuco*. Além disso, numa tabela, quantificamos as ocorrências de saques, invasões e o número de flagelados mobilizados nessas ações. Elaboramos um mapa utilizando a ferramenta *Google Maps*, marcando geograficamente as cidades citadas no periódico e encaminhando nossas conclusões.

2) DEBATE BIBLIOGRÁFICO

As secas, assim como seus desdobramentos, são elementos recorrentes no imaginário e na realidade do Nordeste. Este fenômeno natural molda a paisagem e tem impacto na vida das pessoas e nos aspectos econômicos. Nos debates relacionados ao tema, ganha destaque a seca de 1877, denunciada como um “problema de repercussão nacional” através do discurso e estratégias políticas da elite à época que afirmava que a região tornara-se decadente e havia a necessidade do Estado resolver “o seu problema” (Albuquerque Júnior, 2013, p. 112).

E quanto às secas anteriores a essa? Não foram um problema? Albuquerque Júnior (2013) aponta que os relatos de seca remontam desde o período colonial e que até a seca de

1877, também conhecida como “grande seca”, se tem registro de outros 31 eventos de estiagem que variam em diversas proporções.

Esse discurso surge quando o Norte do país - o que hoje conhecemos como regiões separadas, Norte e Nordeste, na época, eram uma única região denominada de Norte - atravessa uma grave crise econômica causada pela queda nos preços de exportação de algodão e açúcar, principais produtos de exportação da região e a evasão da mão-de-obra escravizada para as regiões ao sul do país. Nesse sentido, as elites do Norte perdem espaços de poder político em âmbito nacional, agravados pela crise econômico-social que atingia as camadas populares. A seca potencializa as crises vividas pelas populações, principalmente no que tange a ordem social de dominação e o *status quo* das elites.

O declínio do trabalho dos escravizados é acelerado por conta da seca de 1877, quando os grandes proprietários, sobretudo os do agreste e sertão da região Norte, se veem obrigados a se desfazerem de seus escravizados, pois havia alto risco de morrerem durante a longa seca. Diferentemente de secas anteriores, onde muitos senhores de escravizados os abandonaram à própria sorte, pois eram relativamente baratos, logo, com o fim do tráfico, a melhor alternativa era vendê-los.

Na tentativa de aliviar a pressão social da região, os poderes públicos estimulam a migração para a Amazônia e o Sul do país, fatos que preocupavam as elites locais, pois havia a diminuição da reserva de mão-de-obra e o esvaziamento do interior da região, desorganizando as relações de poder e produção.

Já os que migraram para o litoral, recebiam o título de “desregramento dos costumes”, pois, buscavam desesperadamente formas de sobrevivência, fossem elas a prostituição, saques, furtos, assassinatos, etc. Alguns grupos eram empregados nas obras públicas e trabalhavam em troca de alimentação, ficando muitas vezes dias sem receber “fazendo desses homens livres nada mais do que [escravizados]” (Albuquerque Júnior, 2013, p. 115).

Com as lavouras arrasadas, os grandes proprietários migraram para os centros urbanos das províncias, onde buscaram, através da influência política, cargos públicos que o mantivessem até o fim da seca. Albuquerque Júnior (2013) ressalta que esses grandes proprietários passam a desviar recursos enviados pelo governo imperial, dando origem a uma corrupção generalizada que desperta nas elites a estratégia de utilização da seca para seu próprio enriquecimento através dos recursos públicos.

Parte da elite rural, sobretudo os médios proprietários, faliram durante a seca de 1877, sendo este um fator importante que diferencia a “grande seca” das anteriores. Muitos dos membros das elites foram jogados na miséria, fatos amplamente retratados nos jornais da

época e que causaram indignação pela falta de proteção do Império “o qual cobria de benesses outras províncias, como aquelas produtoras de café” (Albuquerque Júnior, 2013, p. 116).

Cientes de sua perda de prestígio e correndo o risco de desaparecerem, as elites nortistas despertam para a gravidade do fenômeno da seca, anteriormente conhecida como “seca do Ceará”, cujos efeitos como a miséria, morte e desespero passam a estampar as páginas de jornais, tanto locais como posteriormente de jornais nacionais. Albuquerque Júnior (2013) atribui à imprensa a “sistematização de um conjunto de imagens e enunciados que transformarão o discurso da seca numa das armas mais poderosas a serviço dessa elite decadente” (p. 117). A seca contribuiu para o rompimento do pacto de lealdade e apadrinhamento que havia entre os homens pobres e escravizados e os coronéis-pais-patrões que propunha os socorros aos mais pobres.

A seca torna-se um evento particular das regiões Norte e posteriormente Nordeste, em que as elites reivindicam uma série de estruturas como estradas de ferro e estradas de rodagem, que, por meio do discurso, são apresentadas como as soluções para a seca. Discurso este que se inspira no discurso popular, tão acostumado com a seca, o discurso moralizante e religioso, em que a seca é castigo divino aos pecadores, posteriormente, utilizam os discursos técnicos e científicos no final do século XIX, que tentam definir as causas da seca.

O Estado passa a assumir a responsabilidade paternalista nos momentos de seca, a partir do final do século XIX, visto que, até esse momento, imperavam as relações onde o camponês era submisso ao dono das terras que este ocupava. O interior do estado herdou diretamente muitos traços do período de colonização, sobretudo no que tange a criação extensiva de gado e a agricultura baseada no sistema de distribuição 1 para 4, onde boa parte da produção vai para o arrendatário das terras e pouco fica com o camponês, muitas vezes, apenas o suficiente para a subsistência.

Neves (2000) explica que o modelo agropastoril, baseado em poucos investimentos e muitas terras, largamente adotado no estado do Ceará, tem um equilíbrio tão frágil que, uma pequena variação o afeta profundamente. Para ele, a seca atua sobre um sistema sócio-histórico no qual se organiza o sistema socioeconômico camponês.

Com o aumento das populações flageladas no século XIX, a caridade pública já não mais dá conta de tantas pessoas necessitadas e o Estado é instado a assumir a gestão da pobreza, mesmo que de forma questionável. Nesse sentido, as populações irão procurar nas cidades a proteção do Estado por meio das frentes de serviço, distribuição de alimentos, etc., transformando os períodos de seca em problema social, ganhando visibilidade e políticas oficiais para seus problemas. Neves (2000) reforça que a seca 1877 “fecha o ciclo de períodos

de escassez em que apenas se contabilizavam as perdas, se lamentavam as mortes, a seca torna-se, a partir de então, um fenômeno social” (p. 47).

Ao migrar para as cidades, os flagelados encontram ambientes ambíguos onde estão em posição de submissão, aguardando as ações que as autoridades possam tomar, ao tempo que conseguem incorporar novas medidas políticas, de caráter reivindicatório, mesmo que ainda atreladas ao modelo paternalista.

Para as populações urbanas e autoridades, esses grupos de retirantes deveriam ser mantidos longe dos ambientes públicos, movimentados, sobretudo, pelas elites burguesas da capital. Os governos estaduais vão se empenhar em impedir a circulação desses grupos pelas cidades, já que a dinâmica das migrações muda, e agora passa a ser do campo para as cidades. Posteriormente, adotam estratégias para fixar o homem no campo como distribuição de alimentos, trabalho compulsório, campos de concentração, alistamentos, etc.

A partir de 1877, a seca deixa de ser um fenômeno climático e ganha caráter social em que atinge toda sociedade, tanto no campo quanto nas cidades, inclusive, os que não passam fome, a sociedade burguesa da capital. A seca permeia o imaginário dos moradores das cidades, sobretudo pelo temor do contato com a multidão de pobres que formam grandes grupos de retirantes famintos.

Essa “ajuda” estatal estava condicionada ao trabalho, sendo justificativa para a distribuição dos socorros, a tentativa de aplacar seus impulsos revolucionários e compensar a sociedade que “lhe sustenta nesse momento de crise” (Neves, 2000, p. 52). O Estado se vê diante de uma massa enorme, inclusive mulheres e crianças, de mão-de-obra pouco qualificada, disponível e submissa, que passa a atuar na construção de prédios públicos, novas ruas, estradas de ferro, etc.

Dessa forma, a partir da seca de 1877, o sertanejo, durante a seca, não deve mais migrar para as áreas úmidas nem procurar abrigo nos currais e fazendas dos grandes proprietários de terras, os caminhos de “retirada” se modificam, a migração deve ser em sentido às cidades, onde os retirantes podem encontrar assistência, sendo incorporada “às suas estratégias de sobrevivência no semi-árido, onde as cidades tornam-se cenário primordial da seca” (Neves, 2000, p. 53).

Outras secas devastadoras aconteceram no século XIX e XX como a de 1888, 1900, 1915, 1919, 1932, 1942, 1952 e 1958. Neves (2000) analisou boa parte dessas secas e as respectivas ações das multidões flageladas no estado do Ceará. Vale ressaltar que tais secas também impactaram outros estados da atual região Nordeste.

Na seca de 1889 há denúncias de um “comprometimento moral” que atinge as populações pobres e que se dissemina rapidamente. Estudos científicos afirmam, de maneira unânime que “a exaltação do calor e da acção do sol acentúa as psychoses tropicais, que também se aggravam pelas modificações provenientes de um estado de anemia excessiva” (Neves, 2000, p. 70).

A isso, são atribuídos conflitos entre os retirantes e a polícia, devido ao fechamento da Hospedaria de Emigração, localizada em Fortaleza, que fornecia assistência direta por meio da distribuição de gêneros alimentícios e de obras que empregavam grande parte dos flagelados. Esses fatores contribuem para relatos de “pancadaria” em Pacatuba, ocorrida em 1º de setembro de 1889, por exemplo, onde um armazém foi saqueado. No dia 6 do mesmo mês, a multidão de famintos atacou três carroças que carregavam mantimentos para a casa de socorros de Jacarecanga, em Baturité, região de serra ao sul de Fortaleza. Homens, mulheres e crianças cercavam e ameaçavam arrombar um armazém de socorros, a imprensa alertava que “qualquer demora nas providências produzirá inevitáveis desordens”. Foi o suficiente para que, em 20 de setembro, o vice-presidente da província retomasse obras que empregavam flagelados como forma de socorrer as vítimas da seca.

A chegada de enormes grupos de flagelados aos centros urbanos provoca a percepção de “uma desagregação da sociabilidade” devido a essas massas possuírem hábitos incompatíveis com os ditos hábitos modernos dos habitantes das cidades. Há diversas relações desconhecidas pelos retirantes como a iluminação, controle de doenças, ambientes de lazer, sistemas de água e esgoto. Dessa forma, os retirantes são percebidos como bárbaros, pois negam os hábitos da civilização.

Assim, podemos observar algumas mudanças e permanências no que tange às dinâmicas com relação à seca numa perspectiva econômico-social. Essas características se manifestam nas fontes que Neves (2000) apresenta com relação à seca, onde destacamos dois discursos: O primeiro, de Paulo de Brito Guerra, ex-engenheiro do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) no contexto de 1942 aponta que os conflitos tornam-se paisagem do sertão, sendo comum na época da seca, logo após o dia de São José, conhecido como padroeiro do Ceará. As agências governamentais, a exemplo do DNOCS, são incumbidas de impedir saques a armazéns e invasões por meio da “negociação” (grifo do autor) com os flagelados. Neves (2000) pontua que “a aglomeração de pessoas à espera de solução é o principal argumento e, ao mesmo tempo, o mais poderoso meio de pressão” (p. 10). No entanto, os chefes do DNOCS levam alguns critérios em consideração, como por exemplo, os flagelados que estão acompanhados de suas famílias, prova cabal do estado de

miséria que se encontram, outro critério é o de só empregar os que possuem alguma ferramenta para trabalhar nas frentes de serviço. Além disso, a polícia só deve ser acionada em momentos extremos, sendo rigorosamente controlada, a fim de se evitar “uma explosão geral de revolta que transforme o conflito em rebelião” (Neves, 2000, p. 11).

O segundo discurso aponta para evento ocorrido em 24 de março de 1958, onde, após não serem recebidos pelo Governador, retirantes tentaram assaltar o Mercado Central de Fortaleza, onde conseguiram levar “... uns poucos quilos de peixe que se encontravam nas calçadas” (Neves, 2000, p. 11). Ao tomar conhecimento do ocorrido, o Governador “providenciou transporte para o pessoal que realmente queria trabalhar” (Neves, 2000, p. 12), onde foram enviados para o canteiro de obras da rodovia Parangaba-Messejana. Relatos de atraso nos salários, falta de ferramentas e de armazém de fornecimento de alimentos são corriqueiros, onde a cada dia, chegam mais retirantes buscando trabalho, tornando a situação quase que insustentável.

Um grupo de retirantes se forma e começa a ir em direção a Fortaleza, outro grupo continua próximo de Messejana, ameaçando o comércio, em que os comerciantes fecham os estabelecimentos por medo. O Governador interveio com a distribuição de alimentos, no entanto, os salários continuaram atrasados, não acalentando as demandas gerais, onde alguns retirantes reagiram em protesto.

Esses eventos põem em voga formas de “negociação” (grifo do autor) política, que apresentam características específicas, não podendo ser estudada à luz dos padrões e códigos da política representativa. Os retirantes, utilizam a pressão direta, saques e exposição pública de suas mazelas para terem sucesso na negociação com as autoridades.

Neves (2000) explica que as ações dos retirantes são ponderadas, onde diversos fatores são levados em consideração, sendo a principal deles a concentração de muitas pessoas, exigindo trabalho e alimentos, em que os retirantes pressionam as autoridades que “aparentam ter melhores condições de satisfazer as necessidades urgentes do momento” (p. 14), e também o cenário específico em que usam a violência dos saques e invasões.

As “marchas da fome” (grifo do autor), seguidas de atos de saques aos comércios, costumam obter efeitos imediatos na capital. Por conta da proximidade aos governantes, essas ações costumam causar medo nas populações, além de serem amplificadas pelas manchetes sensacionalistas dos jornais.

Estas ações foram desprezadas pelos estudiosos dos movimentos sociais populares rurais. Grande parte dos estudos ficaram no campo da “visão espasmódica”, termo que será discutido por Edward Palmer Thompson, logo a seguir.

Em “A Economia Moral da Multidão Inglesa no Século XVIII”, Thompson coloca em debate a expressão “motim”, sobretudo com relação aos “motins da fome” que ocorreram na Inglaterra do século XVIII. Os motins da fome ocorriam quando havia alto número de desempregados e os preços aumentavam, a reação da população dividia-se em “ataques aos comerciantes de grãos e aos moleiros” (1998, p. 150).

Thompson contraria a “visão espasmódica” de Rostow, seu principal divulgador, que defendia o *Mapa da Tensão Social*, de 1948, “Segundo esse diagrama, basta reunir um índice de desemprego e outro, de preços elevados dos alimentos, para poder mapear o percurso da perturbação social”. Para Thompson, essa é uma verdade óbvia “as pessoas protestam quando estão com fome” (1998, p. 151). Outros estudiosos atribuem as ações populares à fome, que tornava-se um gatilho para atos agressivos, de banditismo e degeneração social.

Nesse sentido, a visão espasmódica trata-se de um reducionismo econômico, contrariando essa ideia, Thompson apresenta sua ideia de que “É possível detectar em quase toda ação popular do século XVIII uma noção legitimadora” sendo noção legitimadora a crença de que as pessoas que protestavam “estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais” (1998, p. 152) constituindo-se de formas complexas de atuação popular direta com objetivos claros.

As principais causas dos motins eram o aumento dos preços, a fome e como os comerciantes agiam. Essas reivindicações estavam envoltas em um consenso popular que organizava práticas legítimas e ilegítimas dos moleiros, dos mercadores e das pessoas que faziam os pães. Havia visões tradicionais que impunham normas, procedimentos e obrigações sociais a diversos grupos que, em conjunto, formavam a sociedade, constituindo a “economia moral dos pobres”. Thompson (1991, p. 152) argumenta que essas regras defendem o “bem-estar comum”, possuíam apoio da tradição paternalista e estavam tão bem definidas que as autoridades tornavam-se reféns do povo. Esses conflitos ocorreram no século XVIII tendo como pano de fundo, um cenário de alta de preços do pão branco, que é feito a partir do trigo, além de práticas ilegítimas de comerciantes, produtores e atravessadores que buscavam o maior lucro possível com o comércio dos pães. Paradoxalmente, a modernização da agricultura proporcionou uma maior produção de grãos, no entanto, o preço desses aumentou, tendo como resultado direto e corriqueiro os motins da fome e insurreições durante o século XVIII, a exemplo de 1709, 1740, 1782, 1795 e 1800.

O modelo paternalista de mercado, cujo objetivo institucional era proteger os mais pobres em tempos de escassez de alimentos, não mais conseguia suprir as demandas do povo,

que passou ele mesmo impor ao mercado medidas de controle e regulação de preços, por meio de ações diretas, muitas vezes legitimadas pelo modelo paternalista.

As revoltas não costumam fazer parte da cultura dos pobres, pois há a crença de que o castigo (escassez) foi estabelecido pelos deuses e os ataques podem provocar reações negativas dos únicos que podem os ajudar, os governantes e ricos. Thompson detalha que

Os motins são geralmente uma resposta racional, que não acontece entre os indefesos ou sem esperança, mas entre aqueles grupos que se sentem com um pouco de poder para tomar os viveres de que precisam quando os preços vão às alturas, os empregos desaparecem e eles vêem o seu suprimento de alimentos básicos ser exportado. (Thompson, 1991, p. 207).

Dessa forma, os revoltosos não esperam a última hora, em que estão desnutridos e sem forças físicas para se rebelar, o levante deve ocorrer antes disso, pressupondo que os rebelados tenham informações sobre o abastecimento de gêneros e os preços do mercado. Para Thompson (1991) os motins são comportamentos sofisticados e coletivos de respostas à fome, diferenciando-se das estratégias individualistas de algumas famílias pela sobrevivência.

Frente às transformações, ao estudar as manifestações políticas denominadas pelos sociólogos de “multidão agressiva” ou “explosão hostil”, durante algumas décadas do século XVIII e XIX, na França e na Inglaterra, Rudé (1991) nos apresenta transformações que ocorrem nas sociedades da época, em que velhos hábitos se modificam e surgem novas técnicas. Rudé aponta que há o rompimento com o passado e o surgimento de novas formas de perturbações com significação histórica como greves, conflitos trabalhistas e reuniões em massa.

O motim da fome torna-se a forma típica de protesto social, em que seus principais participantes são camponeses, mas também um misto de populações urbanas e rurais, frequentemente capitaneados por “líderes”. Seu ímpeto de protesto advém das lembranças de direitos costumeiros, esperanças de melhorias materiais, utopias do passado, fazendo uma “justiça natural violenta e imediata, quebrando janelas, destruindo máquinas, saqueando mercados, queimando efigies de inimigos do momento [...] mas raramente fazendo mortes” (Rudé, 1991, p. 4), ocasionalmente, o motim pode evoluir para uma rebelião ou revolução.

As multidões do século XVIII foram bem servidas quanto aos estudos de historiadores da época, interessados na compreensão da história trabalhista e movimentos populares. Duas abordagens estereotipadas prejudicaram os estudos acerca das multidões: a primeira, era liberal, humanística e democrática, que, sem maiores investigações, atribui tais atividades à

“classe operária”, seus participantes eram chamados de “o povo” e considerados como “o único agente da ação revolucionária” (Rudé, 1991, p. 5).

O segundo estereótipo é rotular as multidões como “turba” e “ralé” a todos os seus participantes, sem distinção. O historiador francês Taine, considerava os revolucionários que tomaram a Bastilha e os de 1789 como “bandidos, selvagens, vagabundos de rua, mendigos e prostitutas”. A “ralé” era referida a um instrumento “passivo” de agentes estrangeiros motivada pelo “desejo de saque, lucro, derramar sangue ou simplesmente pela necessidade de satisfazer um instinto criminoso latente” (Rudé, 1991, p. 6 e 7).

O criador da moderna psicologia das multidões, Gustave Le Bon, afirmava que as multidões eram diferentes em cada nacionalidade, podendo ser heroicas ou covardes e chegou a caracterizar as multidões como irracionais, destrutivas, intelectualmente inferiores e primitivas.

Para fugir dos estereótipos, Rudé (1991) defende investigar o contexto histórico em que está localizada cada multidão, outros questionamentos que devemos fazer são quais foram suas proporções, como agiu e quem são seus líderes, essas perguntas nos ajudam a compreender sua natureza de forma geral, seu comportamento e seus componentes, suas atividades, seus objetivos, quais as capacidades das forças de repressão e da lei, suas consequências e sua relevância histórica.

Além disso, utilizamos o livro *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará* que apesar de ser focado nas repercussões das secas a partir da capital, Fortaleza, nos ajuda a expandir interpretações para pensarmos a seca de 1970 no nordeste. A seca de 1877, também conhecida como “grande seca”, altera a dinâmica social em Fortaleza, pois, os retirantes, também chamados de flagelados, invadem a cidade “contaminando com sua miséria explícita, suas doenças, seus crimes e sua ofensiva ameaça à civilização” (Neves, 2000, p. 25). Neste ponto, Albuquerque Júnior (2013) complementa que a “descoberta” da seca, já tão conhecida da população rural, como um problema a ser solucionado, colabora para a manutenção dos privilégios da elite dominante, já que essa o toma como seu principal discurso na cobrança de recursos financeiros e de postos políticos. A capital do Ceará, Fortaleza, se inspirou nos modelos europeus de civilização e arquitetura, com ruas geométricas, praças e bulevares, dando a sensação de vida em uma metrópole aos seus habitantes. A chegada dos retirantes da seca de 1877, em Fortaleza, provoca, em seus habitantes, um misto de sensações. O horror de observar a multidão ocupando espaços urbanos que foram cuidadosamente construídos e a percepção de que a multidão de retirantes

ataca a elite urbana civilizada, já que “Os pobres pedem esmolas, perambulam pelas ruas sem ocupação ... trapaceiam para obter maiores ganhos de caridade” (Neves, 2000, p. 27).

Os deslocamentos dos retirantes em direção às cidades litorâneas costumavam ser feitos quando essas populações estavam em situação crítica, quando já não mais havia esperanças de chuvas e até os últimos grãos que ficaram para serem semeados, foram consumidos.

Causava preocupação nos habitantes das cidades, a chegada de retirantes pois, com eles, surgiam diversos problemas como o aumento na criminalidades, doenças, prostituição, etc. Nesse sentido, Neves (2000) aponta que as populações urbanas também são afetadas pelas secas e os retirantes, presentes nessas cidades, exigem “... uma solução imediata para suas aflições: trabalho, comida, esmolas” (p. 30).

A ajuda do governo, em parte, estava vinculada ao trabalho na tentativa dupla de combate à seca e também de disciplinar os deslocamentos. Além disso, a política de Estado Imperial que garantia a todo brasileiro assistência na ocorrência de calamidades públicas, foi utilizada pelas elites locais na imposição ao trabalho.

Dessa forma, o trabalho foi utilizado no combate ao “ócio gerador de perturbações internas” e os retirantes foram os responsáveis pelos calçamentos de ruas e avenidas do centro de Fortaleza, pela construção da estrada de ferro de Baturité, importante obra que ajudava no transporte dos flagelados do interior do estado para a capital em tempos de seca, obras estas que constam em relatórios apenas como “melhoramentos publicos resultantes da sêcca (sic)”. (Neves, 2000, p. 31)

Quanto às condições de moradias em Fortaleza, o governo organizava os refugiados em “abarracamentos” que eram barracas de palhas estabelecidas, inicialmente em praças e parques públicos. As autoridades procuraram estabelecer controle sobre as massas dos abarracamentos através da criação de cargos remunerados como administradores, comissários, etc, sendo alguns cargos ocupados pelos próprios flagelados.

Essas populações já tão frágeis devido sua jornada até chegar à capital, aliada a habitações precárias em termos de higiene, fez com que as doenças e epidemias se disseminassem pela cidade. Febres, disenteria e varíola hemorrágica eram comuns e causaram a morte de milhares de pessoas. Relatos apontam 1.004 vítimas fatais apenas no dia 10 de dezembro de 1878, estatísticas apontam um total de mortos entre 57.766 e 24.849 (Neves, 2000, p. 34).

Nos anos que se seguiram à seca de 1877, a criminalidade aumentou vertiginosamente. Na zona rural imperavam grupos de assaltantes que se multiplicaram devido ao sertão

praticamente vazio e cidades quase desabitadas, aliado a isso, a quantidade de policiais foi diminuída e muitos dos contingentes transferidos para lidar com os problemas da capital cearense. Já nesta, furtos eram frequentes, sendo o principal grupo formado por crianças de 7 a 12 anos na busca por melhor alimentação.

As autoridades imputaram os crimes aos “analfabetos, os proletários, os homens carecidos de todos os benefícios da civilização” (Neves, 2000, p. 36). Neves aponta que a situação crítica e a fragilidade ao qual estavam submetidos eram fatores contribuintes para que os retirantes cometessem crimes. Dessa forma, subtraíam sacos durante o transporte dos mesmos para os abarracamentos.

Os furtos eram legitimados pela “lei da vida” que se justapõe à “lei do direito”, permitindo aos flagelados apoio moral, ao tempo que as ações das populações eram retratadas no romance *A Fome* como “criaturas à beira de um ataque de perversão, possuidoras de valores morais e éticos bastante frágeis e sempre propensas às formas pouco confessáveis de ganhar a vida” (Neves, 2000, p. 36) enquanto o coronel Manuel de Freitas, personagem do romance, recusava dinheiro provindo de corrupção, aceitando apenas um emprego árduo no transporte de pedras, mantendo sua dignidade, diferentemente dos outros retirantes que tentavam obter ganhos sem trabalhar.

A reação dos retirantes a esse ambiente tomado pelo crime, fome e caos começou a surgir, pouco a pouco, nos interiores dos abarracamentos e nos locais em que houve distribuição de alimentos. De início, os retirantes organizaram petições às autoridades solicitando novas providências ante as suas necessidades e também petições de protesto contra as medidas anteriormente adotadas, atitudes estas que mudaram, visto que, os camponeses eram submissos aos proprietários de terras.

Os retirantes eram desprezados pelos governantes, sobretudo porque as áreas da capital em que eles ocupavam, eram “destinadas a pessoas com instrução e posses” (Neves, 2000, p. 39) aponta ainda que o espaço urbano era ordenado de duas formas: a autoritária e a paternalista. Enquanto o governo distribuía pequenas quantidades de gêneros alimentícios para apaziguar um grupo que protestava, as autoridades incumbidas de manter esses grupos em seus devidos lugares, ou seja, os abarracamentos, eram punidas com demissão por falhar em sua função.

No entanto, os flagelados também estavam sujeitos a formas de repressão autoritárias, como ocorreu no dia 18 de março de 1878, quando um grupo voltou da pedreira e não recebeu as rações que estavam a três dias atrasadas, se rebelou e atacou a pagadoria, seguiu-se um caos na praça do Herval, região central de Fortaleza, onde reforços policiais foram chamados

e houve confronto, tendo de um lado os trabalhadores com pedras e do outro policiais montados em cavalos disparando com espingardas.

Temia-se o rompimento do tecido social com o aflorar das reações violentas dos retirantes, a população tinha medo que suas propriedades e comércios fossem atacados para “satisfazer sua fome animal” (Neves, p. 41). Era o fim do modelo clássico onde os flagelados deveriam ser submissos aos governos e autoridades.

Em suas primeiras ações, a multidão é desqualificada enquanto sujeito e tida como “os perturbadores da ordem pública” (Neves, 2000, p. 41). O Estado passa a assumir a responsabilidade paternalista nos momentos de seca, a partir do final do século XIX, visto que, até esse momento, imperavam as relações onde o camponês era submisso ao dono das terras que este ocupava.

O interior do estado herdou diretamente muitos traços do período de colonização, sobretudo no que tange a criação extensiva de gado e a agricultura baseada no sistema de distribuição 1 para 4, onde boa parte da produção vai para o arrendatário das terras e pouco fica com o camponês, muitas vezes, apenas o suficiente para a subsistência.

Quando a seca chegava, o gado era transferido para áreas úmidas e até para o Piauí, os vaqueiros ficavam sem trabalho e os camponeses viviam da caridade do proprietário das terras. Dessa forma, não havia pressão significativa nas cidades e na capital, Fortaleza.

Neves (2000) explica que o modelo agropastoril, baseado em poucos investimentos e muitas terras, largamente adotado no estado cearense, tem um equilíbrio muito frágil que, uma pequena variação o afeta profundamente, para ele, a seca atua sobre um sistema sócio-histórico na qual se organiza o sistema socioeconômico camponês.

Até o século XVIII, os mais atingidos pela seca eram as criações bovinas, cronistas e estudiosos citam, quase que inteiramente, as perdas dos rebanhos, passando a ideia de que a população pouco sofria, o que mudou radicalmente no decorrer do século XIX.

Com o aumento das populações flageladas ao longo do século XIX, a caridade pública já não mais dá conta de tantas pessoas necessitadas e o Estado é instado a assumir a gestão da pobreza, mesmo que de forma questionável.

A partir de 1850, a agricultura comercial subverte a agricultura de subsistência pela mudança das culturas para o algodão que teve uma maior procura no mercado internacional e causou o fim das reservas de grãos que os grandes proprietários faziam e que mantinham a relação de submissão dos camponeses.

Nesse sentido, as populações irão procurar nas cidades a proteção do Estado por meio das frentes de serviço, distribuição de alimentos, etc, transformando os períodos de seca em

problema social, ganhando visibilidade e políticas oficiais para seus problemas. Neves (2000) reforça que a seca 1877 “fecha o ciclo de períodos de escassez em que apenas se contabilizavam as perdas, se lamentavam as mortes, a seca torna-se, a partir de então, um fenômeno social” (p. 47).

Ao migrar para as cidades, os flagelados encontram ambientes ambíguos onde estão em posição de submissão, aguardando as ações que as autoridades possam tomar, ao tempo que conseguem incorporar novas medidas políticas, de caráter reivindicatório mesmo que ainda atreladas ao modelo paternalista.

Para as populações urbanas e autoridades, esses grupos de retirantes deveriam ser mantidos longe dos ambientes públicos, movimentados, sobretudo, pelas elites burguesas da capital. Os governos estaduais vão se empenhar em impedir a circulação desses grupos pelas cidades, já que a dinâmica das migrações muda, e agora passa a ser do campo para as cidades. Posteriormente, adotam estratégias para fixar o homem no campo como distribuição de alimentos, trabalho compulsório, campos de concentração, alistamentos, etc.

A partir de 1877, a seca deixa de ser um fenômeno climático e ganha caráter social em que atinge toda sociedade, tanto no campo quanto nas cidades e quem sofre dos efeitos são, inclusive, os que não passam fome, a sociedade burguesa da capital. A seca permeia o imaginário dos moradores das cidades, sobretudo pelo temor do contato com a multidão de pobres que formam grandes grupos de retirantes famintos.

A grande quantidade de retirantes presentes nas cidades logo deixa a esfera privada de caridade e se transforma em assunto de Estado, que por um lado, tem a finalidade do socorro aos necessitados por conta da tradição de caridade cristã e por outro, o dever constitucional de garantir ajuda aos pobres durante calamidades públicas.

Essa “ajuda” estava condicionada ao trabalho, sendo justificativa para a distribuição dos socorros, a tentativa de aplacar seus impulsos revolucionários e compensar a sociedade que “lhe sustenta nesse momento de crise” (Neves, 2000. p. 52). O Estado se vê diante de uma massa enorme, inclusive mulheres e crianças, de mão-de-obra pouco qualificada, disponível e submissa, que passa a atuar na construção de prédios públicos, novas ruas, estradas de ferro, etc.

Dessa forma, à partir da seca de 1877, o sertanejo, durante a seca, não deve mais migrar para as áreas úmidas nem procurar abrigo nos currais e fazendas dos grandes proprietários de terras, os caminhos de “retirada” se modificam, a migração deve ser em sentido às cidades, onde os retirantes podem encontrar assistência, sendo incorporada “às suas

estratégias de sobrevivência no semi-árido, onde as cidades tornam-se cenário primordial da seca” (Neves, 2000, p. 53).

2.1 NORDESTE NO SÉCULO XX

A imensidão continental do país torna muito difícil que pessoas conheçam suas diversas regiões, é aqui que surge o papel dos jornais se utilizando de notas de viagem, retratando, do ponto de vista do jornalista os costumes, a região, as cidades e a sociedade, sendo publicadas entre as décadas de 1920 até 1940. Os Nortistas são retratados como possuidores de costumes “bizarros e simpáticos” e os do Sul como “estrangeiros e arrivistas”. Albuquerque Júnior alerta que os jornalistas caracterizam os “costumes” diferentes dos seus como bizarros e estranhos, já que eles eram oriundos das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, sendo os centros irradiadores de diversos sentidos em nível nacional.

As diferenças são consideradas bizarras e essas regiões recebem o rótulo de atrasadas e arcaicas. Albuquerque Júnior (2011, p. 54) pontua que essas publicações têm papel na criação de uma identidade para a região, onde “as diferenças entre o espaço do sujeito do discurso e o que ele está visitando” não são consideradas, levando-o a descrever costumes de um Estado ou região que são difundidos como “costumes do Norte ou do Nordeste”.

Um exemplo disto é o seguinte trecho de reportagem publicada na coluna “Impressões do Nordeste” do jornal *O Estado de S. Paulo*, que afirma “[...] **algo sabíamos por leitura** sobre a terra do sofrimento, que tem prados só de urzes [...] céu que nunca se encobre ... chão que nunca recebe orvalho, rios que não têm água [...]” (Barros, 1923. p. 2 *apud* Albuquerque Júnior, 2011, p. 55, grifo nosso)

Essas diversas séries de textos sobre a região Norte ou Nordeste vão caracterizar a região com adjetivos negativos como atrasada, pobre, desértica, etc, o completo oposto da região Sul. Um dos fatores apontados como responsáveis por essa diferença é imigração de estrangeiros, onde o Brasil recebeu números expressivos.

Nesse sentido, na medida em que os escravizados eram libertos, tem início uma política de incentivo à imigração de brancos europeus com a finalidade de embranquecimento da população.

Quanto mais branco melhor, quanto mais claro superior, eis aí uma máxima difundida, que vê no branco não só uma cor mas também uma qualidade social: aquele que sabe ler, que é mais educado e que ocupa uma posição social mais elevada (Schwarcz, 2007, p. 189);

A abolição da escravidão e a mudança para o trabalho livre provocam mudanças nas regiões do país e são essenciais para a compreensão dos regionalismos. A ideia de o nordestino ser exemplo de degeneração racial era difundida entre a elite intelectual, como Oliveira Vianna e Dionísio Cerqueira, creditam a miséria da região como “consequência do encontro de um hábitat desfavorável e uma raça, fruto do cruzamento de indivíduos de raças extremas e da submestiçagem” (Albuquerque Júnior, 2011, p. 56). Atribuindo ao eugenismo, a superioridade da raça “paulista” nos campos político e econômico, percebemos o quanto o pensamento naturalista estava disseminado.

O conceito de raça surge em meados do século XVI seguido das teorias em meados do século XVIII, onde estava vinculada a ideias de “grupos ou categorias de pessoas conectadas por uma origem comum” (Schwarcz, 2007, p. 182). Posteriormente, mais próxima da biologia e por ela legitimada, os teóricos do darwinismo racial instituem os atributos externos e fenotípicos como elementos essenciais e definidores de moralidades. “Raça é, pois, uma construção histórica e social, matéria-prima para o discurso das nacionalidades” (Schwarcz, 2007, p. 184).

O jornalista Paulo de Moraes Barros, retrata a população da região como sendo composta por “fanáticos boçais que se disseminavam por toda parte na região” além de “turbas que os assediavam, homens e mulheres de aspectos alucinados, olhos esbugalhados, com os braços estendidos [...]” e aponta que a razão disso é a inferioridade racial dos nordestinos. O regionalismo paulista é alçado como superior aos demais com base na sua origem branca e europeia.

Imediatamente após o fim da série de reportagens “Impressões do Nordeste”, *O Estado de S. Paulo* lança a série intitulada “Impressões de São Paulo”. A cidade é retratada como um espaço vazio que foi ocupado pelos europeus; não há menção aos negros escravizados, mestiços e tampouco indígenas. Paulo de Moraes Barros complementa “foram sempre uma raça exuberantemente fértil em tipos moral e fisicamente eugênicos”. Com a destruição de símbolos tidos como medievais (Igreja do Carmo, Piques, rua da Santa Casa), substituídos pelos modernos e civilizados onde a própria cidade tem essa característica moderna “Eram ambientes geradores de novas artes, pontos centrais da comunidade intelectual, e mesmo de conflito e tensão intelectual” (Malcolm Bradbury, 1989, p. 76 *apud* Andrade, 2018, p. 140).

Observamos no relato de Chiquinha Rodrigues, publicado na década de 1940 em *O Estado de S. Paulo*. “Nas regiões do Nordeste, é interessante verdade! (veja a admiração) estão as terras onde há mais chuva no Brasil. O que ocasiona as secas, dizem os técnicos e

maldizem os leigos, é a má distribuição das chuvas” (2001, p.58). Albuquerque Júnior aponta que, durante sua viagem, Chiquinha Rodrigues tomava por referência *Os Sertões*, descrevendo a paisagem com trechos presentes no livro de Euclides da Cunha como no trecho “O tapete de cordas duras e agressivas impedia que seja real o contato entre a criatura e a terra”.

Nota-se o quanto Euclides da Cunha e sua obra *Os Sertões* contribuíram para a criação de um imaginário e discurso sobre a região Nordeste, imagem essa construída por intelectuais naturalistas que contaram com a ajuda dos jornais, o principal meio de ter notícias do “outro”, o diferente, estranho, exótico, já que as distâncias não permitiam um intercâmbio cultural entre as regiões.

Os discursos regionalistas surgiram no fim do século XIX para contrapor a formação da nação e a concentração política na capital imperial, onde as regiões subalternas tendem a perder importância. De acordo com Albuquerque Júnior (2011, p. 60) as principais características desses regionalismos são “as questões provincianas [...] e a semente do separatismo”.

Na década de 1920 surge um novo regionalismo que busca transpor os limites geográficos dos Estados, na tentativa de unir uma região em torno da defesa de seus espaços tradicionais. Albuquerque Júnior (2011, p. 60) explica que as espacialidades eram profundamente transformadas por artifícios mecânicos como os transportes, as comunicações e o crescimento dos centros urbanos.

Esse novo regionalismo é acompanhado de um “novo modo de olhar e um novo objeto para ser visto” ao qual Albuquerque Júnior (2011, p.60) intitula como “emergência de uma nova formação discursiva [nacional popular]”. Ao passo que essa formação discursiva causa o advento de uma consciência regional que se liga às individualidades e principalmente à coletividade, ela faz parte do chamado dispositivo de nacionalidades, onde torna-se inevitável ao ser humano ter uma nação onde possa se identificar num território delimitado por fronteiras históricas, artificiais ou por meio de guerras. Essa formação discursiva leva à generalização da nação, ou seja, a um conjunto de práticas culturais, sociais e crenças, que representam toda a nação. A formação discursiva nacional-popular torna visível a fragmentação do país através dos seus regionalismos.

Algumas das características escolhidas para definir o Nordeste são “o cangaço, o messianismo, o coronelismo”, elementos estes que não foram escolhidos aleatoriamente, é o que aponta Albuquerque Júnior

O discurso regionalista não é apenas um discurso ideológico [...] não mascara a verdade da região, ele a institui. [...] Na modernidade este discurso é [...] orientado por uma estratégia política, com objetivos e táticas definidos dentro de um universo histórico, intelectual e até econômico específico (2011, p. 62).

Isto posto, a região Nordeste é fruto da construção imagético-discursiva em que signos, figuras e temas são utilizados para representá-la e são estabelecidos como verdade por meio da repetição desse discurso. Os sujeitos individuais são substituídos pelo sujeito coletivo -todos são pobres, toda a região é desértica, etc- através da unificação e tomada de características como sendo inerentes a toda àquela região e população.

3) O *DIÁRIO DE PERNAMBUCO* E A METODOLOGIA DE PESQUISA

3.1 O Periódico

O *Diário de Pernambuco* foi fundado em 1825 pelo pernambucano Antonino José de Miranda Falcão, que era jornalista e tipógrafo. No período Imperial, emitia textos favoráveis a Dom Pedro I, tendo o chamado de “soberano liberal e respeitador da constituição” (LENE, 2019, p. 27). Vendido à firma Pinheiro e Faria, em 1835, aos poucos foi sendo transformado em órgão oficial dos governos. Tinha posições antiescravistas em que celebrou a assinatura da Lei Áurea.

No período da primeira República, assumiu caráter de órgão oficial com a publicação de notas fúnebres, atos de governo e anúncios. Em 1901, Francisco de Assis Rosa e Silva é seu novo proprietário e o jornal ganha nova edição gráfica. Rosa e Silva foi candidato ao governo de Pernambuco, apoiando seu proprietário numa eleição com diversas denúncias de fraudes e por conta disso, acabou sendo apedrejado e invadido pelas multidões em protesto, a oposição ganhou a eleição e fechou o jornal por dois anos. Em 1913, passou a ser de propriedade da família Lira, conhecidos por serem industriais e agricultores em Pernambuco e Alagoas.

A partir da década de 1930, até o início do Estado Novo, o *Diário de Pernambuco* manifestava-se sobre política, apesar dos receios da ditadura. Observamos o viés político do jornal, destacando o artigo publicado na edição de 27 de novembro de 1932, escrito por Aníbal Fernandes, em que elogia o Integralismo por ser um “movimento de ideias que pode ser o ponto de partida para uma verdadeira renovação cívica do Brasil” (CPDOC, 2024), o jornal ainda criticou a fundação do Partido Social Democrático (PSD) afirmando que “de

fundo marxista e anticristão, afagando correntes extremadas” (CPDOC, 2024). Durante o Estado Novo, o jornal focou na política estadual de Pernambuco, entretanto, no início de 1945, o *Diário de Pernambuco* manifestou-se a favor da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República. Durante um comício realizado em 3 de março de 1945, realizado na sacada do prédio do jornal, a polícia militar provocou a morte de duas pessoas. No dia seguinte, os policiais ocuparam a sede do jornal e prenderam o repórter Hélio Pinto e o redator-chefe Aníbal Fernandes. O jornal voltou a funcionar apenas no mês seguinte, após a expedição de um mandado de segurança, foi publicada uma edição que não havia sido confiscada pela polícia no mês anterior. Nela, o *Diário de Pernambuco* criticou a repressão aplicada no comício e responsabilizou o governo estadual pelas duas mortes.

Com o fim do Estado Novo, Eurico Gaspar Dutra foi eleito presidente, o *Diário de Pernambuco* possuía simpatia por seu governo. Nas eleições de 1950, reforçando sua posição anti-getulista, o periódico apoiou as candidaturas de Eduardo Gomes para a presidência da República e Manuel Neto ao governo do estado, seus candidatos perderam e o jornal fez oposição ao governo estadual, de Agamenon Magalhães e ao governo federal, de Getúlio Vargas.

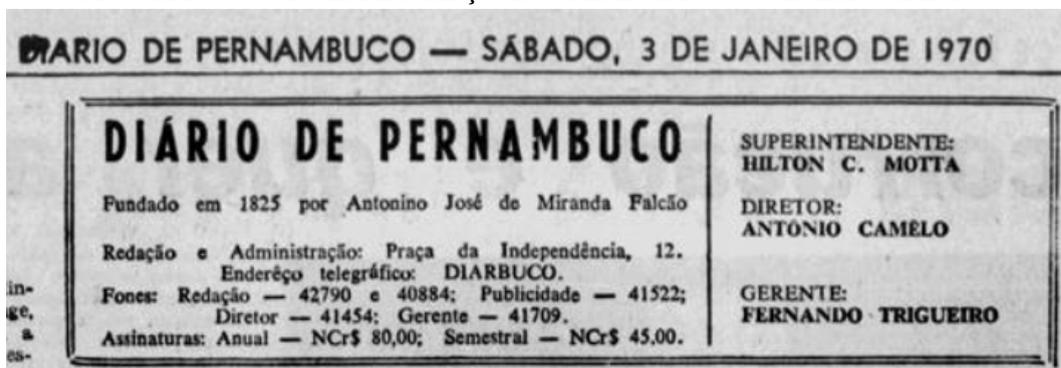
Durante a crise político-militar que sucedeu a renúncia de Jânio Quadros, o *Diário de Pernambuco*, foi opositor ao governo federal e municipal, na prefeitura de Recife, acreditando que o país estava ameaçado pelo comunismo. Nesse sentido, o periódico apoiou o golpe militar de 31 de março de 1964, que depôs o presidente João Goulart e afastou Miguel Arrais do governo do Estado. apoiou e viu com simpatia os governos estaduais ligados à Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

Na ditadura, o *Diário de Pernambuco* cobriu amplamente os governos militares, não tendo problemas com a censura, pois eram próximos e tinham apoio explícito do regime militar. Isso muda com o Ato Institucional n 5, datado de 13 de dezembro de 1968, em que o *Diário de Pernambuco* e diversos outros jornais sofrem inúmeras formas de censura, entre elas podemos citar a presença de censores do Departamento de Operações Internas-Centro de Operações para a Defesa Interna (DOI-CODI) dentro da redação, além da existência de “uma espécie de índice de temas e pessoas proibidas de serem abordadas nas matérias jornalísticas” (CPDOC, 2024).

No governo estadual, apoiou Paulo Guerra e sua política de afinidade com as classes produtoras. Deu foco aos eventos militares e às opiniões dos militares que residiam em Pernambuco e evitou personalidades que não eram apreciadas pelos militares, como Dom Hélder Câmara e Miguel Arrais.

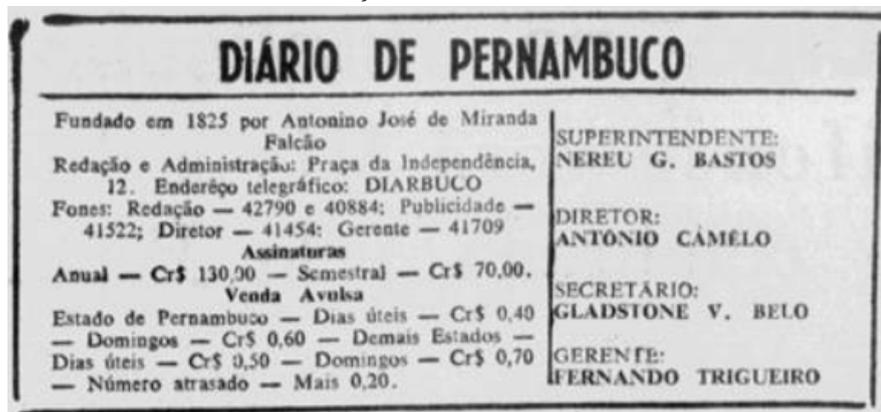
A cúpula do *Diário de Pernambuco* sofreu modificações ao longo do ano de 1970, em que Hilton C. Motta iniciou o ano como superintendente. Ao longo de 1970, houve alteração no cargo de superintendente para Nereu G. Bastos. O Periódico possuía tiragem diária e era composto por edições que variavam de 2 a 4 cadernos, sendo vendidos dentro do estado de Pernambuco em estados vizinhos.

FIGURA 03: CÚPULA E PREÇO DO PERIÓDICO - JANEIRO DE 1970



Fonte: *Diário de Pernambuco*, 3 jan. 1970, p. 4)
Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

FIGURA 04: CÚPULA E PREÇO DO PERIÓDICO - DEZEMBRO DE 1970



Fonte: *Diário de Pernambuco*, 24 dez. 1970, p. 4)
Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

3.2 A Metodologia

Em “*A operação historiográfica*”, capítulo 2 do livro *A Escrita da História* (1982), Certeau nos apresenta a história como uma *operação*, que deve ser entendida “como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc), *procedimentos de análise* (uma disciplina) e a *construção de um texto* (uma literatura)” (Miranda Júnior, 2019, p. 104).

No eixo do *lugar*, entende-se pelo ambiente em que o historiador está imerso, sendo ele um profissional liberal, de ensino, etc. além de sua posição socioeconômica, política e

cultural, todas essas características tendem a influenciar o pesquisador. É em função desse lugar que se “instauram métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas se organizam” (Miranda Júnior, 2019, p. 104-105 *apud* Certeau, 2011, p. 47).

No início do século XX, a História como ciência foi criticada por conta de sua objetividade em retratar a “verdade” dos eventos históricos, a conhecida era do positivismo. A partir de então, surge o tempo da desconfiança anunciando que “toda interpretação histórica depende de um sistema de referência” (Certeau, 1982, p. 67) sendo este um elemento particular de cada autor e que está implícito ao seu redor como também na academia ao qual ele se sujeita, é o que Certeau chama de “o não dito”.

Formada por eruditos que compunham Academias, a *instituição do saber* emerge da conexão entre a instituição social e a definição de um saber, permitindo o surgimento de “disciplinas”. Das universidades são retirados os “assuntos públicos e religiosos” que dão lugar ao “científico”, essa ruptura permite uma unidade social.

Nesse momento, o modelo científico se propaga na forma de subgrupos e escolas e são estabelecidos critérios de qualidade entre seus pares através de revistas e boletins, cada disciplina é a “lei de um grupo e a lei de uma pesquisa científica” a instituição torna possível e determina uma “doutrina” (Certeau, 1982, p. 70).

O meio em que o historiador está inserido tem influência direta em sua produção historiográfica, no entanto, o historiador escreve para historiadores, devendo seguir critérios científicos. Certeau (1982) explica que ao ser aceito por seus pares, o trabalho para a ser da coletividade, toda interpretação histórica é referente a um lugar de produção, que a legitima e a justifica.

As técnicas utilizadas pela história variam de sociedade para sociedade, pois cada uma utiliza técnicas disponíveis naquele momento a exemplo da epigrafia, paleografia que deram espaço para as atuais musicologia, informática (1982, p. 78).

O primeiro passo no trabalho com as fontes é o gesto de separar, agrupar, transformando em “documentos”, determinados objetos apresentados de outras formas. Esse primeiro trabalho é condicionado a *produzir* documentos através dos atos de cópia, transcrição ou fotografia dos objetos. Para Certeau “Este gesto consiste em isolar um corpo, como se faz em física, e em desfigurar as coisas para constituí-las como peças que preencham lacunas de um conjunto, proposto *a priori*” (1982, p. 81).

Os arquivos modernos surgem baseados em três pilares sendo a combinação de “um grupo (os “eruditos”), de lugares (as “bibliotecas”) e de práticas (de cópia, de impressão, de

comunicação, de classificação, etc.)” (Certeau, 1982, p. 81). As grandes “coleções” acumuladas na Itália e França, financiadas pelos Mecenas que buscavam se apropriar da história, inauguram um complexo técnico onde surge um novo trabalho (coleção), novas necessidades (tradições por familiares e políticos de direitos de propriedade) e produção de novos objetos (documentos conservados e cópias).

Inicialmente a cargo dos especialistas como advogados, conservadores de arquivos e membros do judiciário, à partir de 1470 alia-se à imprensa, as “coleções” particulares tornam-se “bibliotecas”, a figura do Erudito se dedica a invenção metódica de novos sistemas de signos, através de procedimentos analíticos.

É necessário atentar-nos aos “aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes” (Luca, 2008, p. 132) para compreender o que está presente em suas páginas. Dessa forma, urge perceber como os jornais funcionam, quem foram seus fundadores, a localização geográfica em que estão inseridos, posições políticas e financiadores.

Para Luca (2008) os jornais são atores sociais imersos em um universo de interesses, onde o que está em suas páginas são materiais pensados e escolhidos num método intencional. Nesse sentido, devemos considerar que as notícias retratadas nos jornais não são neutras, elas são frutos da conjuntura histórica daquele tempo específico, muitas vezes buscam defender a visão de seus proprietários, em que as notícias não podem ser entendidas como reprodução fidedigna da realidade.

Na década de 1940, surgem as primeiras ações objetivando a preservação do acervo da Biblioteca Nacional por meio da microfilmagem. É lançado, em 1978, o Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros - PLANO, tendo por objetivo:

Identificar, localizar, organizar, recuperar e preservar pela microfilmagem o acervo hemerográfico brasileiro existente nas diversas unidades da Federação visando sua recuperação para a Biblioteca Nacional, órgão depositário da memória impressa nacional, e facilitar-lhe a consulta (Zaher, 1983, p. 315 *apud* Bettencourt e Pinto, 2013, p.2).

Criada em 2006, a Biblioteca Nacional Digital passou a abrigar documentos que estavam sendo digitalizados desde 2001, e em 2011, por meio de investimento da Financiadora de Estudos e Projetos, órgão governamental de fomento à tecnologia, surge o projeto Hemeroteca Digital Brasileira, com a finalidade de tornar acessíveis cerca de 9 milhões de páginas de publicações.

Bettencourt e Pinto (2013) nos explicam que foi criada uma metodologia específica para o projeto, contemplando as etapas de seleção de documentos, captura, indexação e a

disponibilização dos arquivos digitais. Os periódicos em preto e branco foram convertidos para o digital a partir do microfilme² e para os periódicos coloridos foram utilizados os documentos originais. Os arquivos digitais resultantes desse processo foram tratados por meio do Reconhecimento Ótico de Caracteres (OCR)³ permitindo a pesquisa no documento digital através da busca textual.

Alguns dos critérios de seleção adotados foram: periódicos brasileiros, de domínio público ou os cujo direitos de publicação foram cedidos à Biblioteca Nacional, periódicos raros e os mais solicitados pelos usuários.

A empresa DocPro foi responsável pela captura dos periódicos em preto e branco, através do microfilme negativo, utilizando escâneres FlexScan onde foi estabelecida a resolução de 300 *ppi*⁴ nos documentos digitalizados. Os periódicos coloridos foram digitalizados no Laboratório de Digitalização da Biblioteca Nacional, onde se utilizou escâneres planetários Zeutschel 12000HQ.

Abbyy FineReader 11 Professional foi o *software*⁵ utilizado para o processamento do Reconhecimento Ótico de Caracteres (OCR) e os periódicos foram encadernados virtualmente seguindo a distribuição da versão física resultando num arquivo PDF⁶ pesquisável por edição. Além disso, os arquivos foram submetidos ao “Inteligenciamento DocPro” que permite aproximação visual, onde “não são guardadas as palavras exatas e sim a aproximação visual de cada uma” (Bettencourt e Pinto, 2013, p. 7) minimizando as falhas que podem ocorrer num documento com OCR comum, proporcionando maior correspondência de termos pesquisados.

No que tange ao armazenamento dos arquivos digitais, a BN necessita de um centro de processamento de dados (*Data Center*)⁷ onde ficam localizados os periódicos digitalizados. A Biblioteca Nacional recebeu recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 2011, para a construção de seu *Data Center*.

² É um rolo de filme fotográfico que armazena imagens em miniatura de documentos, livros ou outros materiais.

³ Tecnologia que converte imagens de texto impresso ou manuscrito em formato digital que pode ser processado por computadores.

⁴ pixels por polegada (em inglês, pixels per inch) é uma medida da resolução de uma imagem digital. Refere-se ao número de pixels que estão presentes em cada polegada linear da imagem. Quanto maior o PPI, mais nítida e detalhada será a imagem.

⁵ É a parte lógica do computador, compreende um conjunto de instruções e dados que permitem diversas utilidades através dos programas de computador.

⁶ PDF significa Portable Document Format (Formato de Documento Portátil), que é um formato de arquivo usado para apresentar e trocar documentos de forma confiável, independentemente de software, hardware ou sistema operacional. Os arquivos PDF podem conter texto, imagens e elementos interativos e podem ser visualizados, impressos e compartilhados em diferentes plataformas e dispositivos.

⁷ É uma instalação física que abriga os componentes de TI (tecnologia da informação) de uma organização, como servidores, sistemas de armazenamento, etc.

Para a escolha do recorte cronológico, utilizamos o trabalho *Secas no Nordeste: registros históricos das catástrofes econômicas e humanas do século 16 ao século 21* de José Roberto de Lima e Antonio Rocha Magalhães, onde os autores fazem um breve histórico e descrição das secas já documentadas.

Vale ressaltar que a seca de 1970 é uma das menos pesquisadas, encontramos pouquíssima bibliografia a respeito dela e seu início não é muito bem definido, o trabalho de Lima e Magalhães aponta que o início se deu em 1969, no entanto, na pesquisa exploratória que fizemos, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), órgão oficial responsável pelas políticas de assistência, não declara seca neste ano e encontramos poucas correspondências no periódico.

Partindo do recorte cronológico definido na pesquisa, na intenção de compreender os movimentos de saques e invasões, faremos o uso do periódico *Diário de Pernambuco*, disponível na plataforma Hemeroteca Digital Brasileira, de propriedade da Fundação Biblioteca Nacional.

A Hemeroteca Digital nos proporciona três maneiras de pesquisa, cada uma com suas especificidades para suprir os objetivos distintos de cada pesquisador.

A aba *Periódico*, limita a pesquisa a uma determinada fonte, possibilitando a análise de um assunto em um periódico específico.

A aba *Período* é indicada para as pesquisas sobre temas que possuem um marco cronológico ou recorte temporal bem definidos.

Por último, a Hemeroteca disponibiliza mais uma opção de pesquisa, que é a aba *Local*. Nesta opção, teremos diversos campos de pesquisa, indicados principalmente, para “o estudo de indivíduos, as ações de grupos e associações, títulos, temas e assuntos em locais e períodos determinados” (Brasil; Nascimento, 2020, p. 206-207).

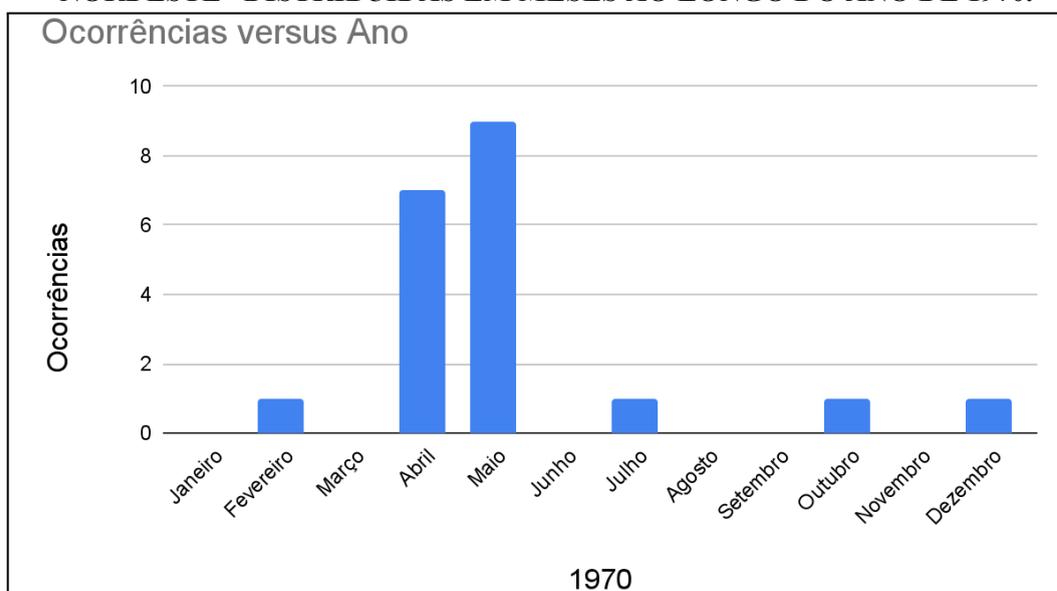
Utilizamos a ferramenta de pesquisa *Período*, pois nosso recorte cronológico já está delimitado, em seguida devemos definir o *local* (estado/países) onde os periódicos foram publicados e, em reunião de orientação, definimos as palavras-chave “*seca*” e “*nordeste*” entre aspas e com espaço, pois dessa forma, condiciona os resultados que o sistema nos retorna para páginas dos periódicos que possuem essas duas palavras.

O sistema da Hemeroteca Digital agrupa os anos por meio de décadas. Começamos a nossa pesquisa exploratória com o recorte dos anos 1960-1969 e o *local* (todos). O total de ocorrências com as palavras-chave determinadas foi de 2124, apenas no ano de 1969, obtivemos 207 ocorrências onde foram salvas 31 páginas do periódico que possuíam alguma

temática de ligação com as palavras-chave. Ao não identificarmos tantos relatos de seca, partimos para o ano seguinte.

Novamente, utilizando as mesmas palavras-chave e alterando o período para 1970-1979, obtivemos 4237 ocorrências, sendo 661 ocorrências apenas no ano de 1970 onde foram salvas 219 páginas do periódico em diversas temáticas, todas relativas à seca, como discursos de senadores e do presidente Emílio Garrastazu Médici, que visitou o Ceará e Pernambuco em junho de 1970, colunas de opinião inclusive com a presença de Raquel de Queiroz, artigos críticos à SUDENE e relatos de saques e invasões, que são nossos objetos de pesquisa. Do universo de 219 ocorrências, 20 estão relacionadas a saques e invasões e são distribuídas ao longo do ano de 1970 conforme a tabela abaixo.

TABELA 01: QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS A PARTIR DOS TERMOS “SECA” E “NORDESTE” DISTRIBUÍDAS EM MESES AO LONGO DO ANO DE 1970.



Fonte: *Diário de Pernambuco*

Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

4) AS REPORTAGENS DO DIÁRIO DE PERNAMBUCO E OS RELATOS DE SAQUES E INVASÕES

Neste tópico buscamos realizar análise documental envolvendo a identificação, verificação e apreciação de fontes da imprensa, utilizando-se da cobertura do jornal *Diário de Pernambuco* no ano de 1970 sobre saques e invasões no período de seca.

O termo “pressão” em destaque no título do nosso trabalho, faz menção à matéria publicada no dia 13 de novembro de 1970 intitulada “Flagelados invadem municipalidade de

Catarina, levando estoque de víveres”, cidade localizada no sudeste do Ceará onde “centenas de flagelados, que penetraram no prédio da Prefeitura e em alguns armazéns, levando sacos de farinha, arroz, feijão e dezenas de rapaduras”.

Na mesma matéria, há relatos do município de Acopiara (CE), distante pouco menos de 50 km de Catarina, onde “quase mil flagelados estão concentrados nas proximidades da cidade, ameaçando invadir o supermercado da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) e o comércio”. O prefeito de Acopiara reage solicitando frentes de serviço à (SUDENE) e ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Em seguida, o jornal destaca que

As autoridades do Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas estão seriamente preocupadas com as constantes invasões de cidades por grupos de flagelados. **É o mais nôvo método de pressão** usado pelos agricultores famintos do sertão do Ceará, diretamente castigados pela sêca (Diário de Pernambuco, 13 Out. 1970, p. 12, grifo nosso).

Chama nossa atenção para a forma que as invasões são relatadas como novidade no contexto de seca, no entanto, sabemos que é uma prática bastante antiga, ao menos na região cearense, como vimos anteriormente na obra de Neves (2000). A reportagem detalha que houve queda na safra do algodão, reduzido a 30% do que era previsto, fato que liberou a mão-de-obra que era empregada nos campos. O periódico defende que “O caminho a seguir, agora, é o das frentes de serviço, que só podem empregar mais gente com autorização da SUDENE” (Diário de Pernambuco, 13 out. 1970, p. 12). O orçamento do governo federal para combate à seca destinava-se inteiramente à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, notamos a concentração de poder e decisões em um único órgão, no entanto, alguns estados promoviam a abertura de frentes de serviço utilizando órgãos e orçamentos estaduais.

A primeira reportagem sobre invasões no ano de 1970 é datada de 01 de fevereiro e intitulada “Sêca já preocupa e retirantes ameaçam invadir as cidades”. A reportagem traz informações sobre “uma leva de retirantes” que ameaçavam invadir o centro da cidade de Bodocó, no Alto Sertão Pernambucano, em busca de alimentos e água. Além disso, há relatos de retirantes próximos da cidade de Ipubi, distante cerca de 30 km de Bodocó, e na região do Araripe (Diário de Pernambuco, 19 fev. 1970, p. 1).

A reação do governo do Estado e da SUDENE, se limitou ao envio de técnicos, que deveriam constatar ou não a seca, no entanto “Os dirigentes da autarquia [acreditam] que ainda não está configurada, totalmente, a escassês de chuvas” (Diário de Pernambuco, 19 fev. 1970, p. 01).

Os meses de abril e maio, apresentam uma explosão na quantidade de ocorrências. Atribuímos isso à crença religiosa das populações locais que conferem ao dia de São José, 19 de março, um data decisiva que marca as expectativas, ou o fim delas, para um inverno chuvoso é o que, Campos e Lima (1992, p. 3) chamam de “ciclo anual da sobrevivência”.

Em Triunfo, cidade localizada na região central de Pernambuco, próximo da divisa com a Paraíba, aproximadamente 200 trabalhadores da zona rural ameaçam e pressionam o prefeito a abrir frentes de trabalho, caso contrário, irão invadir a cidade (Diário de Pernambuco, 12 abr. 1970, p. 1).

Em 14 de abril de 1970 o *Diário de Pernambuco* noticia que “Retirantes invadem 3 cidades do Pajeú”⁸, Flôres, Custódia e Serra Talhada, onde moradores da zona rural “levaram cereais e ao mesmo tempo solicitando trabalho aos prefeitos” (Diário de Pernambuco, 14 abr. 1970, p. 8).

Na cidade de Flôres (PE) há relatos de cerca de 100 “famintos [...] conduzindo sacos vazios, além de crianças que desmaiavam de fome nas calçadas” invadiram a feira e levaram cereais, causando medo nos moradores. Posteriormente, foram à Prefeitura solicitar emprego alegando não terem condições de subsistência (Diário de Pernambuco, 14 abr. 1970, p. 8).

Em Serra Talhada (PE), o periódico informa que mais de 500 pessoas ameaçavam invadir o Mercado Público da cidade, houve intervenção da polícia, no entanto, a matéria não entra em detalhes sobre como foi essa intervenção (Diário de Pernambuco, 14 abr. 1970, p. 8).

No município de Custódia (PE), os relatos são de que 1000 flagelados concentraram-se em frente à prefeitura, solicitando alimentação e emprego. O prefeito, por sua vez, solicitou “[...] abertura de frente de trabalho, que será a única salvação” pois, a prefeitura não “[...] vai suportar a situação por mais tempo” (Diário de Pernambuco, 14 abr. 1970, p. 8).

O prefeito de Salgueiro (PE), informa que os pedidos de emprego crescem dia após dia e que “[...] está havendo ameaças de invasões”, afirma ter solicitado providências ao Ministro do Interior e Justiça e a alguns deputados (Diário de Pernambuco, 14 abr. 1970, p. 8).

Em 16 de abr. de 1970 o *Diário de Pernambuco* alerta, no título da notícia, que “Pode haver nova invasão de famintos em S. Talhada”. Os comerciantes temem abrir suas lojas na semana seguinte, visto que as temperaturas continuam altas e não há perspectiva de chuva. Além disso, não foram observadas melhorias na “[...] estiagem prolongada que prejudicou toda a lavoura do Vale Pajeú” (Diário de Pernambuco, 16 abr. 1970, p. 8).

⁸ A região do Vale do Pajeú está localizada no centro-norte do estado de Pernambuco, próximo ao limite com o estado da Paraíba (Ferraz et al. 1998).

A Prefeitura de Serra Talhada (PE) atuou distribuindo feijão, farinha, rapadura e roupas aos flagelados que permaneciam nas ruas pedindo emprego. O prefeito manteve contato com o governador, alertando que poderiam haver novas invasões e que os feirantes reclamam sobre uma “possível falta” de gêneros alimentícios (Diário de Pernambuco, 16 abril. 1970, p. 8).

Em Sertânia (PE), cidade distante aproximadamente 100 km de Serra Talhada, ocorreram invasões por “rurícolas”, a prefeitura atuou distribuindo cereais e roupas, porém, o prefeito alertou que sua capacidade de atendimento duraria apenas mais alguns dias (Diário de Pernambuco, 16 abr. 1970, p. 8).

Em 17 de abril de 1970 o correspondente Egídio Serpa, baseado em Fortaleza, noticia que “Famintos invadem cidade no Ceará”, a cidade em questão é o município de Jaguaribe, distante 350 km de Fortaleza. Cerca de 700 flagelados invadiram o centro da cidade e o prefeito, com a colaboração de comerciantes, distribuiu farinha de rapadura aos “invasores” (Diário de Pernambuco, 17 abr. 1970, p. 2).

Ao tempo que o prefeito de Quixadá tentava iniciar uma campanha de arrecadação de gêneros alimentícios junto aos moradores de Fortaleza, na intenção de ajudar “meio milhão de flagelados” (Diário de Pernambuco, 17 abr. 1970, p. 2).

O prefeito da cidade de Pedra, região central de Pernambuco, solicitava providências em telegrama enviado ao Presidente Médici:

[...] êsse Município atravessa grande calamidade pública. Sêca desoladora, lavouras completamente perdidas, população em verdadeiro pânico, pecuaristas vendendo rebanhos, à falta de recursos, populares famintos e desesperados ameaçam invadir feiras e comércio (Diário de Pernambuco, 21 abr. 1970, p. 04).

Em Triunfo (PE), cidade vizinha a Serra Talhada, as notícias dão conta de que aproximadamente 100 “famintos invadiram a feira [...] e o colégio Stella Maria” devido a longa estiagem que assola o Vale Pajeú. Outrora considerada a cidade mais fértil do vale, Triunfo teve 80% da lavoura perdida, o jornal afirma que a comunidade rural invadiu a cidade por “achar que encontrariam uma frente de trabalho” visto que, na vizinha Serra Talhada, as frentes empregavam 15 mil homens (Diário de Pernambuco, 23 abr. 1970, p. 8).

Calumbi (PE), município pertencente ao Vale Pajeú, as notícias reforçaram a seca e o desemprego em massa. Cerca de “300 homens invadiram o mercado”, posteriormente solicitando emprego ao prefeito que “sacrificou” setores administrativos no intuito de abrir uma frente de trabalho com 120 vagas (Diário de Pernambuco, 23 abr. 1970, p. 8). Em

Mossoró, Rio Grande do Norte, há relatos de saques ao mercado central da cidade, com a ação de aproximadamente 600 flagelados (Diário de Pernambuco, 23 abr. 1970, p. 9).

Egídio Serpa, correspondente em Fortaleza, reporta que “Flagelados saqueiam e invadem Iguatu: sêca” onde mais de 600 flagelados invadiram casas comerciais e levaram gêneros alimentícios. O prefeito, junto da Associação Comercial e clubes de serviços da cidade, na tentativa de evitar os saques, distribuíram alimentos, no entanto, a quantidade foi insuficiente para o atendimento de todos os retirantes, o que resultou nos saques.

Também houve tentativas de saques na cidade de Morada Nova (CE). Serpa relata ainda que a Delegacia Regional da Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB) aguardava a chegada de alimentos para a instalação das frentes de serviço, pois, os armazéns devem ficar próximos dos locais de trabalho. Podemos inferir que era uma estratégia de controle, na tentativa de manter os retirantes localizados distantes dos centros urbanos (Diário de Pernambuco, 19 Mai. 1970, p. 08).

A edição de 20 de maio de 1970 ocupa quase uma página inteira, o principal foco foi o Ceará. Em Iguatú (CE), as notícias descrevem um cenário assustador: “As estradas que dão acesso a esta cidade estão repletas de <cassacos⁹> que caminham em direção da sede do município”. Para auxiliar os flagelados, o prefeito determinou a distribuição de rapadura e farinha, que estavam estocadas na delegacia da cidade, acreditamos que esses alimentos estavam sob rígida segurança, na tentativa de evitar possíveis saques (Diário de Pernambuco, 20 mai. 1970, p. 9).

Os relatos da cidade de Tauá (CE), dão conta de que aproximadamente mil flagelados concentram-se na cidade. Em Quixadá, região central do Ceará, o comércio fechou as portas [...] face à ameaça de saque e invasões, pois flagelados invadiram a cidade na última sexta-feira. O prefeito se limitou a solicitar reforço policial e em entrevista a jornalistas.

[...] disse que em sua cidade o número de flagelados aumenta a cada hora
 [...] As ruas estão cheias de famintos enquanto que as estradas que ligam a sede do município aos distritos, flagelados caminham em direção da cidade
 [...] a Prefeitura criou uma comissão especial para debater o problema da falta de gêneros e de trabalho (Diário de Pernambuco, 20 mai. 1970, p. 9).

Na tentativa de evitar saques a armazéns e ao comércio do município de Morada Nova (CE), localizada pouco mais de 75 km de distância de Quixadá, o DNOCS “[...] foi obrigado a

⁹ Eram trabalhadores empregados nas frentes de emergência, sendo, majoritariamente agricultores e vaqueiros, mas também padeiros, marceneiros, professores, entre outros. Na tentativa de sobreviver aos períodos de seca, adotavam estratégias de sobrevivência através da migração intraestadual “o constante movimento também foi um dos motivos da associação do trabalhador das frentes de emergência a um bicho faminto e fedorento que está sempre em busca de comida” (Ferreira, 2016, p. 51).

abrir, hoje, uma frente de serviços de emergência” capaz de empregar 2 mil pessoas. Novamente, ficam claros os resultados das pressões dos flagelados, apesar de não termos notícias tão aprofundadas nesse caso específico (Diário de Pernambuco, 20 mai. 1970, p. 9).

Em 20 mai. 1970 é publicado artigo sobre a situação na Paraíba, tendo o título “Mesmo com providências os problemas continuam”, inclusive classificando as providências adotadas pela SUDENE como as aberturas de frentes de trabalho como “[...] situação vexatória para a zona interiorana, com a população alarmada, tremendo ataques às suas propriedades” (Diário de Pernambuco, 20 mai. 1970, p. 9).

Na cidade de Souza (PB), aproximadamente mil flagelados invadiram o centro, muitos deles famintos e desabrigados. O periódico destaca que a população não efetuou saques, limitando-se a pedir esmolas. Em Coremas (PB), distante menos de 50 km de Souza, as notícias são de uma leva de 500 pessoas buscando “[...] vencer a fome e a doença [...]”, com as autoridades locais em alerta pois “[...] essa concentração pode degenerar em saques e outras violências” (Diário de Pernambuco, 20 mai. 1970, p. 9).

O deputado Nivaldo Brito (ARENA) afirma que, em municípios da zona do Cariri paraibano, as populações estão com medo devido às concentrações de flagelados nas cidades. Além dele, outros parlamentares solicitam à SUDENE a abertura de novas frentes de trabalho e o periódico não poupa críticas “Para todos, aquele organismo estatal está bem distante da realidade [...] toda a verba liberada para atender aos Estados do Nordeste não é suficiente para a dramática situação da Paraíba” (Diário de Pernambuco, 20 mai. 1970, p. 9).

Percebemos a organização e estratégia dos flagelados na reportagem sobre invasões na cidade de Bezerros (PE), onde um grupo de aproximadamente mil flagelados, foi contido pela polícia local, que solicitou reforço à Delegacia de Caruaru. De acordo com o periódico, uma parte do grupo pretendia seguir para Caruaru, no entanto, pelo fato da cidade de Bezerro ficar mais próxima do Recife, faria com que “O governo [tomasse] logo medidas concretas para ajudá-los”. Os relatos da composição da multidão dão conta de várias crianças que apresentavam “[...] feições marcadas pela fome” (Diário de Pernambuco, 20 mai. 1970, p. 8).

A reação do prefeito de Bezerros, foi solicitar ajuda ao governador do estado, destacando que algumas medidas poderiam ser adotadas como “[...] a abertura de frentes de trabalho e o aceleração do serviço de abastecimento d’água” (Diário de Pernambuco, 20 mai. 1970, p. 8).

As notícias advindas da edição de 22 de maio de 1970 relatam saques a três trens e a uma cidade no Ceará. Egídio Serpa, correspondente do periódico em Fortaleza, reporta que “Mais de mil flagelados saquearam [...] o mercado público de Iguatu, na região centro-sul do

Ceará” em que levaram toda a carne exposta, em seguida, o depósito da Diocese local foi saqueado aos olhos da polícia, que não interferiu alegando “[...] falta de condições por ter um destacamento pequeno”. Os prefeitos da região solicitaram ao governador reforço nos destacamentos policiais, pois estavam apavorados com a intensificação dos saques (Diário de Pernambuco, 22 mai. 1970, p. 9).

Em Piquet Carneiro (CE), distante pouco mais de 60 km de Iguatu, é relatado que grupos de flagelados assaltaram um trem da Rede Ferroviária Federal (REFESA), ao colocarem pedras nos trilhos, forçando os maquinistas a pararem o trem. Em seguida, outro trem foi atacado, este em específico, carregado de alimentos como ovos, frutas e animais vivos e o terceiro alvo carregava além de encomendas, alguns gêneros alimentícios. O último trem foi forçado a parar, nisso, os maquinistas acabaram sendo rendidos e os passageiros imobilizados, em seguida, os flagelados saquearam os vagões “Os mais fortes saíam correndo com sacas de 60 quilos às costas para o mato, enquanto os mais fracos se contentavam apenas em saquear alimentos de peso pequeno” (Diário de Pernambuco, 22 mai. 1970, p. 9).

O prefeito de Piquet Carneiro viajou a Fortaleza para reunião com o governador a fim de solicitar “[...] medidas enérgicas para controlar sua cidade, tendo em vista o crescente número de flagelados que chegam àquela cidade” (Diário de Pernambuco, 22 mai. 1970, p. 9).

Fechando a reportagem, o periódico traz um panorama das providências que foram adotadas “[...] imediato alistamento de flagelados nas frentes de serviço pela SUDENE” sendo o município de Solonópole escolhido para receber uma frente de trabalho com 1500 vagas. Podemos inferir que, os saques em Piquet Carneiro, resultaram na abertura de frente de trabalho em Solonópole, municípios vizinhos distantes menos de 50 km. É reportado ainda que, nos próximos dias, serão abertas mais frentes de serviço, entretanto, não temos informações específicas de suas localizações (Diário de Pernambuco, 22 mai. 1970, p. 9).

A situação no interior da Paraíba é dramática, com algumas cidades sendo tomadas por flagelados que causam tumultos e medo à população. O *Diário de Pernambuco* afirma que eles “[...] dominam a paisagem desoladora do interior” e que são dependentes das migalhas distribuídas pelas prefeituras (Diário de Pernambuco, 22 mai. 1970, p. 9).

No município de Souza (PB), o prefeito busca apoio para cobrar a abertura de frentes de trabalho pela SUDENE e afirma que “[...] os flagelados estão tendo uma conduta excelente, aguardando as providências governamentais pacientemente” ao tempo que os prefeitos de Princesa Isabel, Catolé do Rocha, São José da Lagoa Tapada e Pombal, alertam que a demora nas medidas que podem ser adotadas pela SUDENE e demais órgãos federais

pode “levar os flagelados a um comportamento (sic) de consequências imprevisíveis” (Diário de Pernambuco, 22 mai. 1970, p. 9).

É informado que o DNOCS assinou convênio para a instalação de frentes de trabalho com a SUDENE no estado da Paraíba, na tentativa de evitar um colapso na economia do estado. No entanto, o governador determinou ao Departamento de Estradas de Rodagem abrir frentes de trabalho em diversos municípios do interior que fazem parte da zona de estiagem (Diário de Pernambuco, 22 mai. 1970, p. 9).

O primeiro relato de invasões no estado do Rio Grande do Norte data de 23 de maio de 1970, o *Diário de Pernambuco* afirma que “Cidades continuam sendo invadidas por centenas de homens famintos e outras tantas estão sendo ameaçadas de saque”, alerta ainda que o orçamento estadual, que mantém diversas frentes de trabalho funcionando, está acabando, com previsão de durar apenas mais 15 dias (Diário de Pernambuco, 23 mai. 1970, p. 9).

No Ceará, mais de mil flagelados invadiram a cidade de Iguatu e saquearam comércios e residências. O prefeito de Jaguaribe (CE), relata que haviam três mil flagelados ameaçando invadir a cidade e cobra do DNOCS “[...] a abertura imediata de frentes de trabalhos para empregar os agricultores famintos” (Diário de Pernambuco, 26 mai. 1970, p. 1).

O diretor-geral do DNOCS enviou telegrama solicitando à SUDENE a ampliação das quatro frentes de trabalho que o órgão mantém no Ceará, além de comunicar a existências de 800 retirantes ameaçando invadir a cidade de General Sampaio (CE), pois a frente de trabalho que ali existia, não comportava todos os flagelados (Diário de Pernambuco, 26 mai. 1970, p. 1).

Egídio Serpa, correspondente em Fortaleza, relata a invasão da cidade de Tauá (CE) e de Baturité (CE), porém, sem muitos detalhes. Reforça que as frentes de trabalho, abertas no estado, são insuficientes para suprir a demanda da população flagelada (Diário de Pernambuco, 28 mai. 1970, p. 9).

Na Paraíba, a cidade de Santana do Garrote foi invadida por uma multidão de 1200 flagelados, que acabou se unindo à população urbana pois “[...] o comércio local encontrava-se, inteiramente, sem alimentos”. O prefeito informou que a frente de trabalho que havia sido prometida de funcionar em seu município, até o momento, não havia sido aberta. (Diário de Pernambuco, 28 mai. 1970, p. 9).

Na edição do dia 29 de maio de 1970, o jornal condiciona a demora no alistamento das frentes de trabalho a um saque que houve na cidade de Serra Talhada, em Pernambuco, em que aproximadamente 150 flagelados invadiram o comércio do Mercado Público. Reforça

ainda o agravamento da situação no Vale Pajeú, em que o prefeito de Triunfo, apela às autoridades estaduais e federais a abertura de novas frentes de trabalho (Diário de Pernambuco, 29 mai. 1970, p. 8).

Os enviados especiais a Alagoas, Bernardino Souto e Maurício Coutinho, noticiam o aumento do número de flagelados, no entanto “[...] apenas houve saques nas cidades de Pão-de-Açúcar e Major Izidoro, visto que **nas demais estão sendo feitas frentes de trabalho**” (Diário de Pernambuco, 29 mai. 1970, p. 9, grifo nosso). Fica perceptível a relação de causalidade que o próprio jornal afirma haver, entre cidades que possuem frentes de trabalho, e não foram saqueadas e cidades sem frentes de trabalho, onde há maior possibilidade na ocorrência de saques.

Sobre os saques nas cidades de Pão-de-Açúcar (AL) e Major Izidoro (AL), o prefeito de Santana do Ipanema afirma que “[...] as invasões foram feitas por ‘famintos’ procedentes de Pernambuco e Paraíba, ‘pois o sertanejo alagoano é um homem trabalhador’”. Declara ainda que os flagelados alagoanos “[...] ainda não iniciaram **o sistema dos saques**, tendo em vista que os prefeitos e comerciantes estão colaborando, às vezes com trabalho, às vezes com comida ou ainda com dinheiro” (Diário de Pernambuco, 29 mai. 1970, p. 9, grifo nosso). Nessa reportagem, o prefeito admite que há um sistema por trás das ações dos flagelados, denotando estratégias que são postas em prática apenas em momentos específicos.

Na reportagem de 10 de julho de 1970, podemos notar que as forças de segurança são empregadas apenas para a proteção dos comércios e lojas, enquanto os flagelados “[...] desmaiam de fome e meinos (sic) pedem esmolas pelas ruas”. O Juiz de Direito da cidade de Senador Pompeu, apela para que seja aberta uma frente de serviços, dando emprego e a mínima chance de sobrevivência para os três mil flagelados que tomaram a cidade (Diário de Pernambuco, 10 julh. 1970, p. 9).

Em 30 de dezembro de 1970, o jornal publica que a “Ocorrência de saques não teve confirmação” onde informações davam conta que o município de Itapajé foi invadido por 600 flagelados, no entanto, um observador da SUDENE baseado naquele município contestou a informação de que houve saques nos comércios da cidade (Diário de Pernambuco, 30 dez. 1970, p. 12).

Na tabela a seguir, quantificamos por estados, o número de saques, invasões e flagelados mobilizados. Utilizamos as informações que foram selecionadas no *Diário de Pernambuco* no ano de 1970, contemplando 19 páginas, no total.

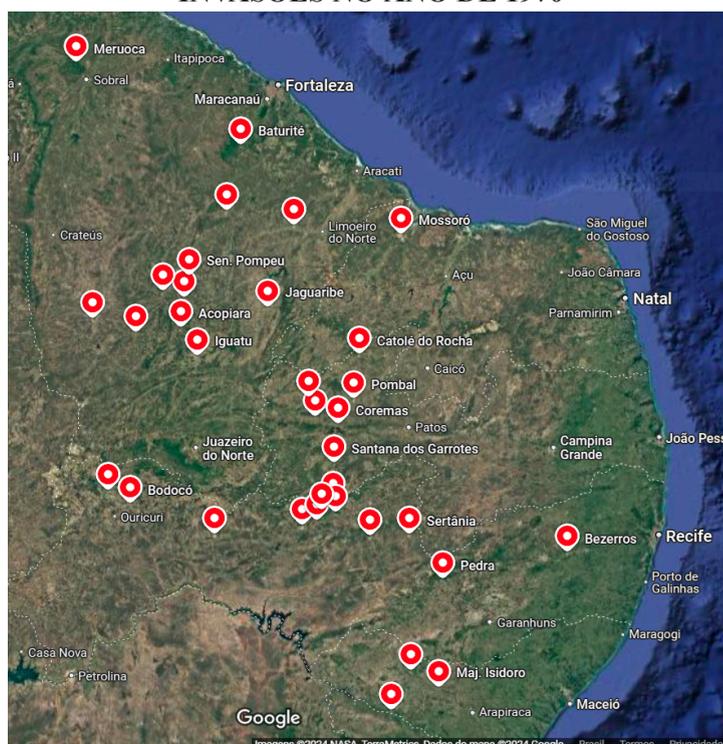
TABELA 02: QUANTIDADES OCORRÊNCIAS DE SAQUES, INVASÕES E FLAGELADOS MOBILIZADOS NOTICIADOS NO *DIÁRIO DE PERNAMBUCO* NO ANO DE 1970

ESTADOS	SAQUES	INVASÕES	FLAGELADOS MOBILIZADOS
PERNAMBUCO	4	4	2200
CEARÁ	3	6	6600
PARAÍBA		3	3850
ALAGOAS	3		
RIO GRANDE DO NORTE	1	1	700
TOTAL	11	14	13.350

FONTE: *Diário de Pernambuco*
ACERVO: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

No mapa a seguir, buscamos localizar, geograficamente, as cidades que são citadas nas matérias que selecionamos no *Diário de Pernambuco*. Para realizar as marcações dos municípios, utilizamos uma ferramenta do *Google Maps* chamada “lista” que permite salvar pontos de interesse no mapa, podendo ser cidades, museus, praias, etc.

FIGURA 05: LOCALIZAÇÃO GEOESPACIAL DAS CIDADES CITADAS NAS REPORTAGENS DO *DIÁRIO DE PERNAMBUCO* QUE SOFRERAM COM SAQUES E INVASÕES NO ANO DE 1970



Fonte: *Google Maps* a partir dos dados do *Diário de Pernambuco*, 1970
Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Na imagem, podemos observar a concentração de cidades em que houve saques e ocupações durante a seca de 1970, formando uma espécie de cinturão da seca. Constituído por grande parte dos estados da região nordeste, tal área concentra-se na região oeste dos estados de Alagoas, Paraíba e Pernambuco, e na região central do Ceará.

5) CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui apresentada buscou responder a seguinte questão: a tradição de ações diretas indicada por Neves (2000), com início na seca de 1877, se manteve na seca de 1970 englobando toda a região Nordeste? Houve modificações significativas nas posições da multidão? A seca é uma velha conhecida da região Nordeste, em que os primeiros relatos remontam ao século XVII. No entanto, em reportagem que capturou nossa atenção, o *Diário de Pernambuco* afirma que, durante a seca de 1970, as invasões das cidades eram “[...] o mais novo método de pressão usado pelos agricultores famintos do sertão do Ceará” (*Diário de Pernambuco*, 13 out. 1970, p. 12).

Apesar de nossa pesquisa ter uma visão mais ampla a respeito da seca de 1970, englobando grande parte da região nordeste, o estudo que Neves (2000) realizou, sobre saques e ações de massas no final do século XIX até meados do século XX no Ceará, foi basilar para nossa compreensão dos fenômenos de saques e invasões no ano de 1970.

Além disso, também utilizamos os trabalhos de Rudé (1991) e Thompson (1998), que visam esclarecer acerca do termo “motim”, bastante empregado em críticas às pessoas envolvidas nos protestos contra a fome na Inglaterra do século XVIII. Neves (2000) também contribui nessa questão, apresentando que os flagelados da seca de 1877, eram, muitas vezes, desumanizados, classificados como impulsivos, fruto do estado em que se encontravam (fome), a reação espasmódica que Thompson (1998) critica.

Muito pelo contrário. As ações dos flagelados da seca de 1970 foram calculadas e, em último caso, partem para os saques. Sobretudo, concentram-se nas praças e prefeituras das cidades solicitando emprego nas frentes de trabalho. A exemplo da cidade de Custódia, em Pernambuco onde “[...] 1000 flagelados concentram-se em frente à prefeitura solicitando alimentação e emprego” e o prefeito afirma que “[...] abertura de frente de trabalho, que será a única salvação” (*Diário de Pernambuco*, 14 abr. 1970, p. 8).

O próprio *Diário de Pernambuco* reconhece que “O caminho a seguir, agora, é o das frentes de serviço, que só podem empregar mais gente com autorização da SUDENE” (*Diário de Pernambuco*, 13 out. 1970, p. 12), podemos inferir, que é uma tentativa de dissuadir novas

ações dos flagelados, por meio da pressão ao órgão federal incumbido de resolver o problema da seca.

Destacamos ainda que o escopo do nosso trabalho é permeado pelo governo ditatorial. Como mencionamos, nossa fonte, o *Diário de Pernambuco*, além de muitos outros jornais, foi vítima de censura por parte do regime e também o apoiou. Dessa forma, não há uma entrevista com os flagelados, não sabemos a história de vida dessas pessoas e nem informações mais aprofundadas sobre as ações de saques e invasões. Talvez, na tentativa de evitar que esses ideais se espalhem entre a população rural.

Portanto, ao finalizar o presente TCC, gostaríamos de levantar alguns pontos. O periódico, muitas vezes, concede aos comerciantes e prefeitos, muito espaço nas matérias, apresentando os flagelados como selvagens, raivosos, desesperados. Albuquerque Júnior pontua que os maiores beneficiários das políticas para solução da seca, foram as elites do nordeste, visto que, se aproveitavam das massivas quantidades de recursos enviados à região em benefício próprio.

Por outro lado, destacamos que, embora as invasões fossem percebidas pela imprensa e pelas autoridades em 1970 como o mais novo método de pressão das multidões flageladas das secas, a ponto de articularem estratégias de contenção por meio de frentes de trabalho, tais práticas de pressão se apresentam em nossa análise como algo mais recorrente, oriundas da tradição apontada por Neves, do que propriamente uma novidade. Sinal de que as multidões flageladas se mobilizam com certo grau de organização e aprendizados de experiências acumuladas, sejam elas diretas ou indiretas, surpreendendo quem não as reconhece enquanto agente histórico.

Ao longo de nossa pesquisa sobre seca no Nordeste no ano de 1970, pude compreender as complexas dinâmicas socioeconômicas e ambientais que afetam a região. Percebi que a seca impacta profundamente as populações, sobretudo as do interior, que são as que mais sofrem com seus efeitos. As ações de saques e invasões evidenciam a falta de políticas públicas que poderiam mitigar os efeitos da seca.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste**. [s. l.], 2013.

BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. HISTÓRIA DIGITAL: REFLEXÕES A PARTIR DA HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA E DO USO DE CAQDAS NA REELABORAÇÃO DA PESQUISA HISTÓRICA. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, [s. l.], v. 33, n. 69, p. 196–219, 2020.

BETTENCOURT, Angela Maria Monteiro; PINTO, Monica Rizzo Soares. A hemeroteca digital brasileira. *Anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação - FEBAB*, [s. l.], v. 25, n. 0, p. 1028–1038, 2013.

CAMPOS, J. N. B.; LIMA, H. V. C. **O início do inverno no Ceará e o dia de São José (19 de março): uma abordagem estatística.** In: SIMPÓSIO DE RECURSOS HÍDRICOS DO NORDESTE, 1., 1992, Recife. Anais... Recife: 1992. v. 2, p. 253-260.

COMÉRCIO fecha portas por precaução: fome. *Diário de Pernambuco*, Recife. 10 julh. 1970. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_15/5802 > Acesso em: 21 out. 2024.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife. 3 jan. 1970. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_15/44?pesq=%22seca%22%20%22nordeste%22 > Acesso em: 21 out. 2024.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife. 24 dez. 1970. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/docreader/029033_15/10922?pesq=%22nereu%22 > Acesso em: 21 out. 2024.

EDWARD PALMER THOMPSON. **Costumes Em Comum.** [S. l.]: Companhia das Letras, 1998.

FAMINTOS invadem cidade no Ceará. *Diário de Pernambuco*, Recife. 17 abr. 1970. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_15/3198 > Acesso em: 21 out. 2024.

FAMINTOS invadem feira e colégio de Triunfo. *Diário de Pernambuco*, Recife. 23 abr. 1970. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_15/3378 > Acesso em: 21 out. 2024.

FEIRAS livres já foram invadidas em Alagoas. *Diário de Pernambuco*, Recife. 23 mai. 1970. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_15/4286 > Acesso em: 21 out. 2024.

FERRAZ et al. **Florística de brejo de altitude e caatinga.** *Revista Brasil. Bot.*, São Paulo, V.21, n.1, p.7-15, abr. 1998.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. Cassacos. **Trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas.** 2016. 240f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-pernambuco> > Acesso em: 21 out. 2024.

FLAGELADOS invadem Bezerros e Santa Cruz. Diário de Pernambuco, Recife. 20 mai. 1970. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_15/4213 > Acesso em: 21 out. 2024.

FLAGELADOS invadem casa do prefeito e levam crucifixo. Diário de Pernambuco, Recife. 28 mai. 1970. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_15/4470 > Acesso em: 21 out. 2024.

FLAGELADOS invadem Municipalidade de Catarina, levando estoque de víveres. Diário de Pernambuco, Recife. 13 out. 1970. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_15/8600 > Acesso em: 21 out. 2024.

FLAGELADOS saqueiam cidade e mais três trens. Diário de Pernambuco, Recife. 22 mai. 1970. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_15/4262 > Acesso em: 21 out. 2024.

FLAGELADOS saqueiam e invadem Iguatu: sêca. Diário de Pernambuco, Recife. 19 mai. 1970. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_15/4190 > Acesso em: 21 out. 2024.

FLAGELADOS saqueiam mercado de Mossoró e chuvas não convencem. Diário de Pernambuco, Recife. 23 abr. 1970. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_15/3379 > Acesso em: 21 out. 2024.

FLAGELADOS saqueiam mercado em S. Talhada. Diário de Pernambuco, Recife. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_15/4493 > Acesso em: 21 out. 2024.

FREDERICO DE CASTRO NEVES. **A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará**. Fortaleza: Relume Dumará, 2000.

GEORGE FREDERICK ELLIOT RUDE. **A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e Inglaterra 1730-1848**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1991.

IGUATU sofreu ontem pela terceira vez invasão de flagelados. Diário de Pernambuco, Recife. 26 mai. 1970. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_15/4394 > Acesso em: 21 out. 2024.

JOSÉ ROBERTO DE LIMA; ANTONIO ROCHA MAGALHÃES. Secas no Nordeste: registros históricos das catástrofes econômicas e humanas do século 16 ao século 21. **Secas no Nordeste: registros históricos das catástrofes econômicas e humanas do século 16 ao século 21.**, [s. l.], v. 23, n. 46, p. 191–212, 2018.

LENE, Hérica. **Jornais Centenários do Brasil**. Covilhã: LabCom/UBI, 2020.

LIMA, José Roberto de. MAGALHÃES, Antonio Rocha. **Secas no Nordeste: registros históricos das catástrofes econômicas e humanas do século 16 ao século 21.** Parcerias Estratégicas, Brasília. v. 23, n. 46, p. 191-212, 2018.

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos.** In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. cap. 5, p. 111-155.

MICHEL DE CERTEAU. **A Escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

OCORRÊNCIA de saques não teve confirmação. Diário de Pernambuco, Recife. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_15/11090 > Acesso em: 21 out. 2024.

PODE haver nova invasão de famintos em S. Talhada. Diário de Pernambuco, Recife. 16 abr. 1970. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_15/3156 > Acesso em: 21 out. 2024.

RETIRANTES invadem 3 cidades do Pajeú. Diário de Pernambuco, Recife. 14 abr. 1970. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_15/3076 > Acesso em: 21 out. 2024.

ROBSON FREITAS DE MIRANDA JUNIOR. A história como “logos do outro”: Michel de Certeau e a operação historiográfica. Temporalidades, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 98–122, 2019. SÊCA. Diário de Pernambuco, Recife. 21 abr. 1970. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_15/3346 > Acesso em: 21 out. 2024.

GEORGE FREDERICK ELLIOT RUDÉ. **A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e Inglaterra 1730-1848.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1991.

SÊCA aumenta e duas cidades são saqueadas. Diário de Pernambuco, Recife. 29 mai. 1970. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_15/4494 > Acesso em: 21 out. 2024.

SÊCA já preocupa e retirantes ameaçam invadir as cidades. Diário de Pernambuco, Recife. 19 fev. 1970. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_15/1395 > Acesso em: 21 out. 2024.

SITUAÇÃO se agrava com mais invasões e saques. Diário de Pernambuco, Recife. 20 mai. 1970. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_15/4214 > Acesso em: 21 out. 2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade.** História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

TRABALHADORES querem invadir Triunfo. Diário de Pernambuco, Recife. 12 abr. 1970. Disponível em: < http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_15/2989 > Acesso em: 21 out. 2024.

TERRA da maldição. Revista O Cruzeiro, Rio de Janeiro. 16 Jun. 1970. Disponível em: < <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/003581/173678> > Acesso em: 21 out. 2024.